



Cidades
Seguras
Para as
Mulheres



A Cidade é de quem?

Um estudo sobre segurança urbana
das mulheres envolvendo 10 países

act!onaid

Índice

Sumário executivo	4
Seção 1: Violência contra mulheres e garotas – uma pandemia global	7
Iniciativas existentes para pôr fim à violência sofrida por mulheres	8
Acordos e instrumentos Regionais e internacionais	9
A implementação de uma política é apenas o primeiro passo	10
Seção 2: O direito das mulheres à cidade – em que as cidades estão fracassando?	11
Transporte público acessível e seguro para mulheres	13
O uso de uma tabela de pontuação para mensurar os avanços em termos dos direitos das mulheres na cidade ...	15
Conclusões e recomendações	17
Recomendações específicas para os governos	18
Seção 3: Resultados da tabela de pontuação por país	19

Sumário executivo

A Nova Agenda Urbana¹ acordada na Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Sustentável (também chamada de Habitat III) ocorrida em Quito, em outubro de 2016, serve de guia para as autoridades regionais, das cidades e dos estados-nação, além de outras, ao longo do processo de reflexão acerca das cidades, urbanização e desenvolvimento sustentável. A agenda assume o compromisso de tornar real o conceito de “cidades para todos” (normalmente referido como “direito à cidade”) ao reunir um conjunto de direitos reconhecidos internacionalmente para garantir que os habitantes possam contar com uma cidade justa e sustentável, o que é essencial para uma boa qualidade de vida. A participação das mulheres é essencial para a construção de cidades, e para que haja uma convivência justa e igualitária de todos os que nelas residam e as acessem. É fundamental que suas vozes sejam ouvidas e suas experiências levadas em consideração no processo de planejamento das cidades.

A ActionAid e suas organizações parceiras vêm trabalhando há muitos anos para salvaguardar o direito das mulheres à cidade, principalmente por meio da campanha Cidades Seguras para as Mulheres, voltada ao enfrentamento da violência contra as mulheres em espaços públicos urbanos. É amplamente reconhecido que, no geral, governos em todo o mundo

ainda fracassam ao não priorizarem os direitos das mulheres, e ao prosseguirem na busca de um modelo neoliberal de desenvolvimento que, entre outras coisas, suprime a regulação e a distribuição de riquezas de forma igualitária; promove a privatização dos serviços públicos e a exploração do trabalho remunerado e não remunerado das mulheres, e, por último, reforça as desigualdades de gênero. O planejamento urbano geralmente ignora questões de gênero, e não reconhece ou não responde às diferentes formas pelas quais homens e mulheres vivenciam os espaços urbanos, ou às suas diferentes necessidades práticas de longo prazo.

Este relatório apresenta os resultados de uma avaliação da segurança das mulheres em espaços urbanos em uma série de países onde a ActionAid atua: Bangladesh, Brasil, República Democrática do Congo, Jordânia, Libéria, Nepal, Nigéria, Senegal, África do Sul e Zimbábue. Foi utilizado um método baseado em uma tabela de pontuação para avaliar os países com base no índice geral de violência física e sexual sofrida por mulheres ao longo de suas vidas; a existência de marcos legais nacionais e planos de ação dotados de recursos para o enfrentamento da violência baseada em gênero; a existência ou falta de uma análise de gênero ou perspectiva aplicada ao planejamento urbano – principalmente no que tange ao desenho e planejamento do transporte público. Essa tabela de pontuação não

tem a pretensão de apresentar uma análise exaustiva de todos os fatores que impactam na segurança das mulheres nas cidades. Por exemplo, em vez de avaliar todos os serviços públicos disponíveis, ela tem seu foco voltado para o transporte público. Contudo, fornece uma visão preliminar dos desafios, além de tocar em algumas questões-chave, em especial na capacidade dos governos abordar a segurança das mulheres.²

O relatório pretende auxiliar os governos a ter uma melhor compreensão dos pontos onde estão fracassando, além de identificar e priorizar as ações voltadas para melhoria da segurança urbana. Ele demonstra que as



Informal settlement in Kathmandu, Nepal.

FOTO: KISHOR K. SHARMA/ACTIONAID

1 - A Nova Agenda Urbana é um modelo de ação de urbanização disponibilizado aos governos, Nações Unidas, comunidades, setor privado, profissionais, comunidades científica e acadêmica, como suporte à Agenda 2030 sobre Desenvolvimento Sustentável; especialmente a SDG 11 – tornando as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Disponível em <http://nua.unhabitat.org/>

2 - Em estudos futuros, faremos uma análise das medidas voltadas ao empoderamento econômico das mulheres, dos dados acerca da sensibilidade de gênero dos serviços, além dos transportes, bem como das diferentes fontes de dados acerca da violência; todas questões-chave para uma abordagem holística à segurança urbana.

mulheres ainda não gozam inteiramente do direito à cidade, a despeito dos compromissos assumidos por governos para pôr fim à violência baseada em gênero por meio de vários instrumentos asseguradores de direitos, além de legislações nacionais, quadros de políticas e estabelecimento de estruturas nacionais e centrais de elaboração e coordenação de políticas para integração da igualdade de gênero.

Ao longo de todo o relatório, o que se revela é que as mulheres majoritariamente ainda enfrentam e estão constantemente sob a ameaça de violência, assédio e intimidação. Em Nepal, nove em cada 10 mulheres entrevistadas enfrentam assédio sexual em espaços públicos, e, quanto mais jovens são, mais riscos enfrentam.³ No Brasil, uma mulher é estuprada a cada 11 minutos, e a situação vem se deteriorando à medida que o país experimenta um rápido retrocesso nos compromissos assumidos para a promoção dos direitos das mulheres.⁴

No Senegal, crenças patriarcais arraigadas continuam a influir nos marcos legais e quadros de políticas de modo a deixar sem proteção os direitos das mulheres.⁵ Na Jordânia, recentemente, vem ocorrendo um debate importante acerca de emendas ao código penal que visavam deixar estupradores imunes à persecução penal, caso eles se casassem com suas vítimas, e caso estas tivessem entre 15 e 18 anos de idade.⁶

A luta para que as autoridades públicas assumam a responsabilidade pela oferta de serviços públicos acessíveis, baratos, de qualidade e sensíveis a gênero tem sido o foco do trabalho em prol das Cidades Seguras para as Mulheres. A segurança das mulheres e seu direito de usufruir a cidade dependem de vias adequadas e infraestrutura de iluminação; transporte público; água tratada e saneamento, incluindo banheiros públicos; políticas públicas; combate à criminalidade; serviços de resposta à violência, como abrigos, centros de atendimento a casos de estupro e ajuda legal. Os Estados violam os princípios dos direitos humanos e reforçam as desigualdades de gênero (incluindo a violência contra as mulheres) ao não entregarem serviços públicos universais. Esta avaliação tem como enfoque os serviços de transporte público – em um reconhecimento de que os sistemas de transporte público são pré-requisitos necessários para que mulheres e garotas sejam capazes

de exercer seu direito à liberdade de locomoção e uso dos serviços da sua cidade sem sofrerem ameaça de exclusão, violência sexual ou assédio. No entanto, o planejamento inadequado, preços inacessíveis, a falta de acessibilidade e de segurança continuam a caracterizar o transporte público em muitas cidades.⁷

Embora destaquemos algumas formas bem-sucedidas e inovadoras por meio das quais movimentos em prol dos direitos das mulheres e de justiça social e organizações da sociedade civil influenciam o trabalho com os governos para a melhoria da segurança urbana das mulheres, tais casos que ilustram as melhores práticas são exceções, e não a regra. Os avanços não são obtidos devido à ausência de implementação sustentável e recursos.

Este relatório exige que os governos tomem uma série de medidas, incluindo:

- Coleta de dados detalhados acerca da violência contra as mulheres em espaços públicos, bem como o uso desses dados na elaboração de programas de prevenção e resposta relacionados à segurança urbana;
- Garantia de que grupos de mulheres e sobreviventes de violência participem de todos os estágios e processos de elaboração, monitoramento e auditoria de tais programas;
- Enfrentamento das formas de machismo institucionais que persistem em todos os organismos-chave de implementação, tais como as forças policiais, o judiciário e o setor público como um todo;
- Garantia de que todos os serviços públicos sejam financiados, universais, acessíveis e sensíveis ao gênero, incluindo serviços de prevenção e resposta à violência contra as mulheres; e
- Implementação de políticas de tributação progressiva a fim de garantir que os serviços públicos recebam os financiamentos adequados, além da remoção de quaisquer incentivos a pessoas jurídicas que minem o respeito e proteção aos direitos das mulheres.

3 - ActionAid (2015), Women and the City III: A Summary of Baseline Data on Violence Against Women and Girls in Seven Countries, ActionAid: Johannesburg, p.34. Disponível em: http://www.actionaid.org/sites/files/actionaid/women_and_the_city_iii.pdf [acessada em 1 de novembro de 2017].

4 - Buenos Aires Herald.com (2016), At Least One Rape Every 11 Minutes in Brazil. Disponível em: <http://www.buenosairesherald.com/article/215282/at-least-one-rape-every-11-minutes-in-brazil> [acessada em 1 de novembro de 2017].

5 - Conversations with ActionAid Senegal, agosto de 2017.

6 - Hussein, R. (2015), 'Projected Penal Code Amendment Scraps Article Pardoning Rapists Who Marry Victims', Jordan Times. Disponível em: <http://www.jordantimes.com/news/local/projected-penal-code-amendment-scraps-article-pardoning-rapists-who-marry-victims%E2%80%99> [acessado em 2 de novembro de 2017].

7 - ActionAid (2016), Freedom to Move: Women's Experience of Urban Public Transport in Bangladesh, Brazil and Nigeria, and How Lost Tax Revenues Can Pay to Improve It. Disponível em: http://www.actionaid.org/sites/files/actionaid/178619_2785.pdf [acessado em 10 de novembro de 2017].

Adoção de um plano para Cidades Seguras para Mulheres. Garanhuns, Brasil

No Brasil, a campanha Cidades Seguras para Mulheres atua em parceria com o estado no fortalecimento dos órgãos públicos com enfoque nas mulheres. Ela disponibiliza o conhecimento e experiência das mulheres às Secretarias das Mulheres – entidades governamentais que contam com funcionários e recursos para garantir que a adoção de uma perspectiva de gênero informada por mulheres com diferentes históricos e experiências resulte em melhores políticas e serviços sensíveis a gênero.

Inicialmente, a ActionAid e suas organizações parceiras presidiram seminários com os gestores das Secretarias das Mulheres no estado de Pernambuco, no nordeste do Brasil. Em seguida, foram feitas reuniões plenárias com as Secretarias das Mulheres em sete áreas do governo local a fim de popularizar a campanha e sugerir reuniões de monitoramento e formação contínua. A iniciativa agora busca construir uma aliança para conectar as áreas sob a administração do governo local com vistas a implementar uma campanha por melhores políticas públicas sensíveis a gênero nas cidades. A ActionAid organizou encontros com representantes de diferentes setores – incluindo iluminação pública, segurança, transporte, planejamento urbano e finanças – para colocar as ações de planejamento urbano sensível a gênero na agenda de todos os envolvidos.

Na cidade de Garanhuns, em Pernambuco, o governo local lançou um plano de política pública chamado “A Cidade que Queremos é Segura para as Mulheres”. O plano inclui ações voltadas para uma gama de atores, incluindo secretarias de governos locais, o ministério público e o judiciário. Este foi estabelecido por meio de um compromisso mútuo para garantir políticas eficazes em termos de sensibilidade de gênero. Isso inclui o fortalecimento de juizados específicos para as mulheres; o aumento do número de delegacias de polícia; treinamento da polícia para lidar com questões de gênero; melhoria do transporte público (que permitam que as mulheres escolham onde saltar dos ônibus após o anoitecer); investimentos em infraestrutura, inclusive o aumento e melhoria da iluminação pública; e ensino nas escolas de questões relacionadas ao gênero e violência contra as mulheres. O lançamento e implementação desse plano beneficiará aproximadamente 2.000 mulheres em Garanhuns.

Renata é uma liderança política na região onde reside, em Garanhuns, e também participa do Fórum das Mulheres em Pernambuco. Ela relata que o relacionamento com a Secretaria das Mulheres tem ajudado a reduzir as taxas de violência contra as mulheres por meio de maior acesso a melhores políticas públicas. Em sua visão, uma das conquistas mais importantes foi a obtenção de melhor iluminação pública para redução da vulnerabilidade das mulheres nos transportes públicos.



Casos de ataques e violência ainda ocorrem, uma vez que a erradicação do patriarcado (o sistema de relações desiguais de poder entre mulheres e homens, onde as mulheres estão sistematicamente em desvantagem) levará mais tempo para acontecer. No entanto, após essa intervenção, as mulheres têm se sentido consideravelmente mais seguras ao circularem pelo bairro e ao praticarem esportes. Participar dessas atividades em si já é um pequeno passo em direção à mudança das relações de poder.⁸

Renata, local campaigner, Garanhuns, Brazil.

PHOTO: ACTIONAID

8 - Estudo de caso colhido pela ActionAid Brazil, 2017.

Seção 1: Violência contra mulheres e garotas – uma pandemia global

Mulheres do mundo inteiro tendem mais a viver em situação de pobreza do que homens, e possuem menor acesso à terra, à educação, a uma renda decente e ao poder de tomada de decisão, além de correrem maiores riscos de sofrer violência. Tudo isso as mantém em situação de marginalização e exclusão. Mundialmente, mulheres e garotas enfrentam violência generalizada, assédio e abuso sexual em muitos espaços: em casa, no trabalho, nas ruas e no transporte público. O medo constante que as mulheres sentem de sofrer violência representa uma violação dos seus direitos e as impede de levar uma vida plena e com igualdade de direitos.

Em relatório lançado em 2017, intitulado Pelo Fim da Violência Contra Mulheres, as Mulheres da ONU declaram

que quase dois terços das mulheres em todo mundo passam por situações de violência em longo prazo, com metade delas sofrendo violência diariamente. Por ano, quatro milhões de mulheres e garotas são vítimas do tráfico de mulheres.⁹

Em todo mundo, três em cada 10 mulheres já levaram socos e empurrões, foram arrastadas, ameaçadas com armas, estupradas, ou sujeitas a outras formas de violência pelo parceiro atual ou antigo. Praticamente uma em cada 10 mulheres já sofreu ataques sexuais de alguém que não o parceiro. Das mulheres assassinadas, mais de uma em cada três foi morta por um parceiro íntimo.¹⁰

A violência contra mulheres e garotas é uma das mais universais e disseminadas formas de violação de direitos



Theresa Gono, 26, feels unsafe at her university campus due to lack of lighting, Liberia.

PHOTO: RUTH MCDOWALL/ACTIONAID

9 - UN women (2017), Ending Violence Against Women and Girls. Disponível em: <http://annualreport.unwomen.org/en/2017/what-we-do/ending-violence-against-women-and-girls> [acessado em 12 de novembro de 2017].

10 - Barker, M. (2013), Violence Against Women at Epidemic Proportions. Multicountry Analyses Spotlight a Dark Problem, Scientific American. Disponível em: <https://www.scientificamerican.com/article/violence-against-women-at-epidemic-proportions/> [acessado em 2 de novembro de 2017].

humanos em todo mundo – de proporções pandêmicas –, com dados de países que demonstram que um terço das mulheres do mundo relatam ter sofrido violência física ou sexual em algum ponto de suas vidas, principalmente de seus parceiros.¹¹ A violência contra as mulheres nem sempre é vista como um crime. Na maioria das vezes, é considerada assunto privado – especialmente a violência ocorrida em espaços privados, que é o tipo de crime mais frequentemente subnotificado.¹²

Os impactos da violência sofrida pelas mulheres vão além do sofrimento físico. A violência não se restringe ao ataque ou abuso, à gangue da esquina, ou ao uso não legitimado da força. Também envolve fome e falta de acesso à educação de qualidade, hospitais superlotados, ruas sem calçadas, falta de parques e um sistema legal injusto. Isso inclui a discriminação baseada em etnia, raça, casta, classe, idade, orientação sexual e identidade de gênero.

A violência gera custos visíveis e invisíveis. Os custos visíveis incluem aqueles impostos à saúde da mulher, ao passo que um custo menos visível é o medo que impede que mulheres participem da vida cultural e política, estudem e desempenhem funções na esfera pública. O medo é um obstáculo permanente para a mobilidade e limita o acesso aos recursos e a atividades básicas. É também um dos mecanismos sociais fundamentais por meio do qual as mulheres são forçadas a ocupar posições subordinadas aos homens. Trata-se da manifestação das relações de poder historicamente desiguais que existem entre homens e mulheres, e que derivam essencialmente de padrões culturais, bem como de práticas tradicionais ou costumeiras que perpetuam seu status inferior.

Diversas organizações, incluindo a ActionAid e suas organizações parceiras, têm chamado atenção para a questão específica das mulheres no que tange à falta de segurança e a supressão de sua mobilidade e

expressão nas cidades e espaços urbanos. Infraestrutura inadequada, serviços e planejamento urbano que ignoram necessidades de gênero fazem parte da bem conhecida realidade de violência sofrida por mulheres em espaços urbanos. As mulheres sofrem uma série de violações de direito que resultam da insegurança urbana¹³, tais como o direito de usufruir de sua cidade e bairro como cidadãs por meio de atividades sociais, culturais e de lazer, liberdade de locomoção, participação na vida política e acesso a um trabalho decente, bem como a outras oportunidades econômicas. A violência contra as mulheres nos espaços públicos afeta principalmente mulheres pobres e excluídas. As experiências das mulheres estão particularmente relacionadas à raça, etnia, idade, orientação sexual, deficiência, casamento, maternidade, além do status socioeconômico¹⁴.

Um estudo de Nova Déli, na Índia, em 2012, revelou que 92% das mulheres haviam sofrido ao longo da vida alguma forma de violência sexual em espaços públicos, e 88% das mulheres relataram terem sofrido ao longo da vida alguma forma de assédio verbal de natureza sexual (incluindo comentários inconvenientes de natureza sexual, assovios, olhares e gestos obscenos).¹⁵

A falta de serviços públicos acessíveis, de qualidade e sensíveis a gênero – iluminação pública, moradia, água tratada e saneamento, transporte público, policiamento, segurança, saúde, serviços de resposta à violência (abrigos, centros para tratamento de vítimas de estupro e suporte legal), além de outros – contribui significativamente para a falta de integridade física por parte das mulheres¹⁶, incluindo a busca por reparação pela violência sofrida. Menos de 40% das mulheres que sofrem violência em ambientes privados ou públicos buscam ajuda¹⁷. Tal estatística revela a falta de confiança que mulheres têm nas autoridades e no sistema de justiça.

11 - Vide UN Women (2016), Package of Essentials for Addressing Violence Against Women. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2016/11/essentials-for-addressing-violence-against-women> [acessado em 2 de novembro de 2017].

12 - WHO. 2017 UNECE, Until it Stops. Violence Against Women Across Transitional Europe. Disponível em: <http://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/gender/publications/Multi-Country/Violence%20Against%20Women.htm> [acessado em 2 de novembro de 2017].

13 - ActionAid (2011), Women and the City. Examining the Gender Impact on Violence and Urbanisation. Disponível em: http://www.actionaid.org/sites/files/actionaid/actionaid_2011_women_and_the_city.pdf [acessada em 7 de novembro de 2017].

14 - Ibid.

15 - Empowered, Gender Violence and Causes of it, blog. Disponível em: <https://empoweredwomenfreefromviolence.wordpress.com/2017/04/17/gender-violence-and-the-effects-of-it/> [acessada em 7 de novembro de 2017].

16 - ActionAid (2013), Women and The City II: Combating Violence against Women and Girls in Urban Public Spaces – the Role of Public Services. Disponível em: http://www.actionaid.org/sites/files/actionaid/women_and_the_city_ii_1.pdf [acessado em 7 de novembro de 2017].

17 - UN Women (2017), Facts and Figures: Ending Violence Against Women. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/what-we-do/ending-violence-against-women/facts-and-figures> [acessado em 7 de novembro de 2017].

O inovador Projeto Alfinete de Segurança, em Déli, Bogotá e Nairóbi¹⁸

O Alfinete de Segurança (Safetipin) é um projeto que visa tornar as cidades seguras para as mulheres por meio da tecnologia. Ele vem sendo implementado em Déli, Bogotá e Nairóbi. Mulheres e homens utilizam seus smart phones para subir dados e fotos dos locais onde se sentem e não se sentem seguros na cidade. Esses dados obtidos por meio do sistema de crowd-sourcing são disponibilizados para outros usuários que podem, assim, decidir a melhor forma de se deslocar em uma cidade. O aplicativo tem uma página de hospedagem simples dotada de recursos de alarme, e também permite que amigos e familiares rastreiem os caminhos percorridos. Muito embora o próprio aplicativo apresente alguns riscos, ele pode ajudar algumas mulheres na hora de tomar decisões de como se locomover.

Kalpna Vishwanath, Cofundadora do Safetipin, visualiza o aplicativo como algo capaz de gerar um movimento de solidariedade que permitam que as mulheres se sintam mais confiantes para denunciar e registrar situações de assédio – tanto no aplicativo quanto na polícia (uma das características do aplicativo é apontar a delegacia de polícia e centro de atendimento médico mais próximos). Vishwanath espera que os dados fornecidos possam ser utilizados para identificar a razão de algumas áreas serem menos seguras do que outras – uma análise que pode fornecer as bases para uma ação política em prol de uma mudança. A equipe do Safetipin trabalha com governos e planejadores urbanos para influenciar processos de mudança.

A ActionAid Vietnam vem pilotando um aplicativo chamado S-city. Assim como o Safetipin, ele ajuda usuários a acessar dados colhidos pelo sistema de crowd-sourcing acerca da sensação de segurança nas cidades, além de avaliar a segurança e qualidade dos serviços públicos, tais como banheiros e terminais de ônibus. Ele também possui uma funcionalidade que conta com um mapa para orientar os usuários acerca das melhores rotas a serem tomadas. O aplicativo atualmente conta com 800 usuários e a ActionAid Vietnam está trabalhando com os usuários para identificar as formas de expandir a funcionalidade e disponibilizá-la a um público maior¹⁹.



Safe Cities mobile app.

PHOTO: ACTIONAID

Iniciativas existentes para acabar com a violência contra as mulheres

Acordos e Instrumentos Regionais e Internacionais

Diversas convenções, declarações e conferências vêm desempenhando um papel-chave para o reconhecimento

global da violência contra mulheres. O Ano Internacional da Mulher, em 1975, foi um momento decisivo, e a Década das Mulheres da ONU (1976-1985), que se seguiu, representa um esforço mundial para chamar a atenção para a situação das mulheres, e garantir sua participação nos processos decisórios em todos os âmbitos²⁰.

Em 1979, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW na sigla em inglês) foi adotada pela Assembleia Geral da ONU, e já foi ratificada por 185 nações.²¹

Trata-se de um acordo histórico que afirma os princípios dos direitos humanos fundamentais e da igualdade para mulheres do mundo inteiro, e reconhece que os

18 - Vide: Safetipin (2016), The Comparative Analysis Report on Safe Audits Done in Delhi, Bogota, Nairobi. Disponível em: <http://safetipin.com/projects> [acessado em 2 de novembro de 2017].

19 - Vide: <http://safecity.vn/en/tutorial/>.

20 - Declaration de Pequim e Plataforma de Ação de 1995. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/BDPfA%20E.pdf> [acessado em 2 de novembro de 2017].

21 - Apenas seis nações ainda não adotaram a CEDAW, a saber: Irã, Palau, Sudão, Somália, EUA e Tonga.

direitos das mulheres são direitos humanos. O que é significativo acerca dessa convenção é que ela especifica em detalhes o direito à igualdade e à não-discriminação, bem como uma ampla gama de ações que devem ser adotadas para alcançar tal igualdade. Ela define o que constitui discriminação contra as mulheres e estabelece uma agenda para ações nacionais voltadas para sua erradicação. No entanto, muito embora os direitos das mulheres constituam direitos humanos, eles não são respeitados em âmbito universal – nem mesmo em alguns dos países que ratificaram a convenção CEDAW.²²

Em 1993, a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, da ONU, tornou-se o primeiro instrumento internacional que explicitamente define e enfrenta a violência contra as mulheres e, em 1994, a Organização dos Estados Americanos (OEA) adotou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres, e a Convenção do Belém do Pará. O texto define a violência contra as mulheres como “...qualquer ato ou conduta, baseado em gênero, que cause a morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico às mulheres, seja na esfera pública ou privada”. O documento também prevê recurso à Justiça como proteção contra atos que violem os direitos das mulheres à liberdade de associação, de religião e crença, ao acesso igualitário aos serviços públicos e à participação na condução das questões públicas, incluindo processos decisórios. Ela tem tido uma enorme influência.²³

Em 1995, após a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, a ONU adotou a importante Plataforma de Ação de Pequim, uma agenda voltada ao empoderamento das mulheres que tem como meta a remoção de todos os obstáculos à participação ativa das mulheres em todas as esferas da vida pública e privada. Ela especifica que é dever dos estados promover e proteger os direitos. A Plataforma destaca a violência como obstáculo-chave para a conquista da igualdade.²⁴

Em 2003, a União Africana adotou o Protocolo para a Carta

Africana sobre Direitos Humanos e dos Povos, popularmente conhecida como o Protocolo de Maputo. O Protocolo entrou em vigor em 2005 e, entre outras coisas, reconhece o direito da mulher à integridade e segurança de sua pessoa por meio da proibição de todas as formas de exploração, punição e tratamento cruel, desumano ou degradante.²⁵

Até outubro de 2016, 37 dos 54 países haviam ratificado o Protocolo, sendo que dois deles – Botsuana e Egito – sequer o assinaram.

O *Protocolo sobre Gênero e Desenvolvimento da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral*, adotado em 2008 e atualizado em 2015²⁶, prevê metas específicas para o combate da violência baseada em gênero, incluindo revisões e reformas das leis, educação e programas de prevenção.

Ademais, pelo menos 119 países aprovaram leis sobre violência doméstica; 125 possuem leis sobre assédio sexual, e 52 contam com leis sobre estupro conjugal.²⁷

Ter uma política em vigor é só o primeiro passo

Mesmo nos casos em que existem leis, estas não estão necessariamente de acordo com padrões e compromissos internacionais. Por exemplo, 37 países ainda eximem estupradores da persecução penal quando eles são casados ou se casam posteriormente com a vítima.²⁸ Além disso, existem enormes obstáculos a serem vencidos até sua implementação, que envolvem tanto a obtenção de apoio e vontade política quanto recursos orçamentários.

Políticas neoliberais tendem a recomendar menos apoio estatal e maiores cortes nos serviços públicos.²⁹ As mulheres já se dividem entre o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado do lar, além de sofrer com cortes na assistência à saúde e assistência à criança, sem mencionar outros serviços. Isso significa que sua carga de trabalho não remunerado é aumentada. Isso restringe sua capacidade de se locomover ao redor da cidade – situação que se agrava com os desinvestimentos

22 - Mulheres da ONU, Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/text/econvention.htm> [acessado em 2 de novembro de 2017].

23 - Ana Falu, correspondência, Agosto de 2017.

24 - Declaração de Pequim e Plataforma de Ação de 1995. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/BDPfA%20E.pdf> [acessada em 2 de novembro de 2017].

25 - African Union (2003), Protocol to the African Charter on Human and People's Rights on the Rights of Women in Africa. Disponível em http://www.achpr.org/files/instruments/women-protocol/achpr_instr_proto_women_eng.pdf [acessado em 7 de novembro de 2017].

26 - Southern African Development Community (2015), Protocol on Gender and Development. Disponível em <http://genderlinks.org.za/wp-content/uploads/2016/01/ADOPTED-REVISED-PROTOCOL-ON-GAD.pdf> [acessado em 7 de novembro de 2017].

27 - UN Women, Ending Violence Against Women. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/what-we-do/ending-violence-against-women> [acessado em 2 de novembro de 2017]; UN (2015), The World's Women 2015. Trends and Statistics. p.139. Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/gender/downloads/WorldsWomen2015_report.pdf [acessado em 7 de novembro de 2017].

28 - World Bank Group (2015), Women, Business and the Law 2016, database.

29 - Monbiot, G. (2016), 'Neoliberalism – the Ideology at the Root of all our Problems', The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2016/apr/15/neoliberalism-ideology-problem-george-monbiot> [acessado em 2 de novembro de 2017].

em infraestrutura e transporte, o que restringe ainda mais seus direitos à cidade. Além disso, medidas de austeridade podem ter impactos negativos nos índices de violência.³⁰ Isso particularmente representa um risco, uma vez que são reduzidos investimentos em abrigos, centros de combate ou de recuperação voltados à violência baseada em gênero, além de outros serviços

de apoio a mulheres vítimas de violência. No Brasil, por exemplo, a atual administração trouxe um corte de investimentos em instituições, serviços e programas vitais, como na Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres e nas “Casas das Mulheres” (mais detalhadamente explicadas na Seção 3).

Ativistas reagem e mudam as relações de poder. África do Sul

A despeito de contar com um dos conjuntos de leis mais progressistas do mundo, não há um ano que passe na África do Sul sem que sejam cometidos crimes contra lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexuais, assexuais e queer (LGBTIAQ). Em 2016, no mínimo, quatro pessoas foram assassinadas devido à sua identidade sexual ou de gênero.³¹ São casos que frequentemente ficam sem solução na justiça.

Em um trabalho conjunto com a ActionAid da África do Sul, o Fórum para Empoderamento das Mulheres (FEW na sigla em inglês) treinou membros da Aliança de Ativistas Arco-Íris (RAA na sigla em inglês), um movimento social de mulheres negras e lésbicas em Gauteng, com vistas a capacitá-las para acompanhar os trâmites judiciais e assegurar a defesa dos direitos dos sobreviventes e das vítimas. De outubro de 2014 a julho de 2015, membros da RRA e do FEW acompanharam os trâmites judiciais e ingressaram com uma demanda na Justiça em prol de Thembelihle Sokhela no julgamento de Thabo Molefe, acusado de estuprar e assassinar Thembelihle em setembro de 2014.

A importante presença do RAA e do FEW na ação judicial e a pressão que exerceram sobre o Judiciário foram fundamentais para assegurar que, no dia 30 de julho de 2015, o tribunal condenasse Thabo Molefe a cumprir pena de 22 anos na prisão por homicídio e 12 anos por estupro. Nesse caso, a ação coletiva permitiu que as mulheres fizessem com que um indivíduo respondesse pelos seus atos. Até hoje, o RAA e o FEW continuam a monitorar os casos envolvendo crimes de ódio para garantir que as leis sejam cumpridas e os culpados levados à Justiça.



Soweto Pride, South Africa.

PHOTO: ACTIONAID

30 - Noble, R. (2017), Double Jeopardy. Violence Against Women and Economic Inequality, ActionAid: London. p.9. Disponível em: https://www.actionaid.org.uk/sites/default/files/publications/actionaid_double_jeopardy_decent_work_violence_against_women_6.pdf [acessado em 3 de novembro de 2017].

31 - Vide: http://www.iranti-org.co.za/content/Africa_by_country/South_Africa/01%20South%20African%20LGBTI%20news.htm.

Em que as cidades deixam a desejar

Até meados de 2009, mais pessoas – um total de 3.42 milhões – viviam em cidades do que em áreas rurais.³² Trata-se de uma mudança fundamental. As cidades cresceram rapidamente e de forma desigual, e não lograram desenvolver as capacidades técnicas e de infraestrutura para fazer frente ao crescimento populacional.³³

As cidades possuem dimensões materiais, políticas e simbólicas,³⁴ de modo que nossa abordagem também deve ser multidimensional. A dimensão material inclui prédios e infraestrutura. A dimensão política envolve a gestão dos espaços urbanos de uso da coletividade e do planejamento urbano. A dimensão simbólica abrange os habitantes da cidade (do passado e do presente) e sua cultura, herança e identidades.

O relacionamento que as mulheres possuem com esses três aspectos é complexo e se baseia em uma série de identidades que se entrecruzam, incluindo as

de natureza econômica, social, cultural, racial, étnica, religiosa e sexual. No entanto, independentemente do seu histórico, e da cidade, seu acesso pelas mulheres é restrito. As cidades prometem oportunidades que, na prática, simultânea e paradoxalmente, negam. Elas são territórios de tensão, onde as oportunidades coexistem com a violência, a criminalidade, a discriminação e exclusão. Nas cidades, as mulheres enfrentam mais insegurança, independentemente do local onde residam. Por exemplo, no Canadá, quase 60% das mulheres pesquisadas têm medo de caminharem sozinhas à noite, ao passo que apenas 17% dos homens sofrem da mesma insegurança.³⁵

As mulheres não participam das estruturas de tomada de decisão nas cidades, e isso significa que as cidades não são planejadas tendo em mente as mulheres. Por exemplo, pode não haver iluminação em rotas utilizadas com mais frequência pelas mulheres, o transporte público pode cobrir algumas zonas que concentram mão de obra mais

do que outras. As mulheres são tidas como responsáveis pela esfera doméstica, enquanto os papéis desempenhados por homens concentram-se na esfera pública. Na verdade, as mulheres desempenham uma dupla jornada, mas o trabalho remunerado que desempenham geralmente se encontra no setor informal, que remunera mal, de modo que até mesmo sua presença pública é mantida longe das vistas. A falta de serviços públicos sensíveis a gênero também impacta na quantidade de tempo de que as mulheres dispõem para participar do planejamento da vida da coletividade e de atividades de lazer. Naturalmente, inúmeros outros fatores contribuem para essa exclusão generalizada.³⁶



Women walk through the streets of Dhaka, Bangladesh.

PHOTO: ACTIONAID

32 - UNFPA (2009), Urban and Rural Areas, UNFPA: New York. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/urbanization/urban-rural.shtml> [acessado: 3 de novembro de 2017].

33 - Sassen, S. (2014), Expulsions: Brutality and complexity in the global economy. Harvard University Press.

34 - Sacré & De Visscher (2017), Learning the City: Cultural Approaches to Civic Learning in Urban Spaces, Springer.

35 - Michaud, A. (2002), Pour un Environnement Urbain Sécuritaire. Guide d'amenagement. Programme Femmes et Ville de la Ville de Montréal: Canada.

36 - Kelly, R. (2016), What a Way to Make a Living. Using Industrial Policy to Create More and Better Jobs, ActionAid: London. Disponível em: https://www.actionaid.org.uk/sites/default/files/publications/what_a_way_to_make_a_living_pdf.pdf [acessado em 3 de novembro de 2017].

A solidariedade gera mudanças em Heliópolis, São Paulo

Heliópolis, que significa Cidade do Sol, transformou-se na maior favela de São Paulo depois que um enorme contingente afluiu para a cidade nas décadas de 60 e 70. Mais de 100.000 pessoas (pobres, em sua maioria) se mudaram para a cidade em busca de trabalho e construíram casas sem o apoio de um planejamento urbano.

O povoado, que fica próximo do centro da cidade, não foi recebido com bons olhos e já houve múltiplas ameaças de despejo. Foi só depois de muito tempo e muita pressão exercida pelas associações de moradores que o governo providenciou a construção de ruas e outros serviços, e Heliópolis foi oficialmente reconhecido como um bairro. No entanto, o alcance e qualidade da infraestrutura básica de saúde, educação e moradia eram completamente insuficientes. A luta para resistir às ordens de desocupação e as demandas por serviços básicos fez surgir uma organização chamada UNAS. O foco das campanhas foi a conquista de fornecimento confiável de energia elétrica e água encanada, além da demanda para que os cidadãos tivessem voz nas decisões que afetam suas vidas.

Heliópolis era um local perigoso para as mulheres, particularmente à noite, em suas ruas e becos escuros. Em 2014, a UNAS organizou uma marcha com lanternas e velas para chamar a atenção para os riscos enfrentados pelas mulheres que resultavam da deficiência ou falta de iluminação pública. O medo de sofrer assédio e violência estava restringindo a liberdade de locomoção das mulheres durante à noite – nos deslocamentos para o trabalho, escola, atividades familiares e de socialização.

A marcha gerou forte impacto: não apenas trocaram as lâmpadas que não funcionavam no dia seguinte, como a Prefeitura de São Paulo assumiu o compromisso ainda maior de fornecer iluminação por lâmpadas de LED. A construção de relacionamentos sólidos e positivos entre todos os envolvidos foi fundamental. Contribuíram para o sucesso a forte reputação conquistada pelo UNAS com o trabalho na comunidade ao longo de anos, a receptividade de um prefeito progressista, além do apoio estratégico da campanha da ActionAid Cidades Seguras para as Mulheres.³⁷



Ninive and her mother feel safer in their neighbourhood with the new LED street lighting, which were installed after campaigning by ActionAid's partner, UNAS.

PHOTO: FABIO ERDOS/ACTIONAID

37 - Vide: <http://actionforglobaljustice.actionaid.org/making-cities-safe-for-women.html#one>.

Transporte público acessível e seguro para as mulheres

É amplamente reconhecido que o fornecimento de serviços públicos mudou significativamente devido às medidas de austeridade impostas pelas políticas econômicas neoliberais que exigem cortes nos gastos públicos e redução do tamanho do setor público. Isso, combinado com a mentalidade patriarcal que continua a influenciar as tomadas de decisão nos âmbitos político, econômico e social, significa que os serviços sensíveis a gênero – que vão ao encontro das necessidades estratégicas e práticas das mulheres – são escassos.

Tendo em vista a amplitude do espectro dos serviços demandados, decidimos buscar neste relatório um enfoque nos impactos que tem o transporte público que recebe bons investimentos e que são sensíveis a gênero na redução da violência nas cidades contra as mulheres. Milhões de pessoas utilizam transporte público todos os dias. Trata-se da força vital das cidades e da forma

mais eficaz de locomoção. Para as mulheres e garotas do mundo inteiro, a liberdade de se locomover em segurança pelas cidades é severamente restringida, seja como consequência de um planejamento e modelagem da infraestrutura de transporte não sensível ao gênero ou por normas sociais e culturais que toleram a violência contra as mulheres.³⁸ No entanto, é fundamental que se permita que as mulheres tenham acesso ao trabalho remunerado, receba apoio pelas atividades não remuneradas de cuidado com os filhos e o lar, aumente seu potencial de participação política e tenham assegurados o acesso e fruição de atividades culturais, educacionais e de lazer. As mulheres mais pobres em especial dependem que o transporte seja oferecido pelo poder público, seja acessível, receba investimentos e tenha uma gestão eficiente.³⁹

Todavia, mulheres do mundo inteiro relatam terem sido alvos de apalpadelas, olhares lúbricos, fotografias não solicitadas, atentado ao pudor, atos obscenos e outras formas de assédio no transporte público.

A violência no transporte público no Nepal

Apsara Aale Magar, 23 anos, é vendedora ambulante em Chapagaun-Lalitpur, no Vale de Katmandu, no Nepal. Ela mora em um quarto de aluguel com o marido e dois filhos. Desde quando seu marido perdeu uma mão em um acidente de trânsito, ela tem sido a única que trabalha para o sustento da família. Ela não tem habilidades, conhecimentos ou capital para investir em seu futuro. Todos os dias, trabalha na beira da estrada e enfrenta assédio mesmo antes de chegar no local onde trabalha.

“Eu apanhei o ônibus de Chapagaun para Lagankehl para ir ao mercado. Estava superlotado. As pessoas se empurravam. Aproveitando-se da multidão, um homem me empurrou por trás. Ele estava com a mão no meu seio. Eu gritei, mas os outros passageiros não me ajudaram. Eles disseram ‘yasto to vauhakchhani vidma’ [‘está lotado’].”



Apsara Aale Magar, 23, street vendor, Nepal.

PHOTO: ACTIONAID

38 - ActionAid (2016), Freedom to Move. Women's Experience of Urban Public Transport in Bangladesh, Brazil and Nigeria, and How Lost Tax Revenues Can Pay to Improve it, ActionAid: Johannesburg. Disponível em: http://www.actionaid.org/sites/files/actionaid/178619_2785.pdf [acesso em 3 de novembro de 2017].

39 - Ibid.

Um planejamento de transporte público seguro e sensível ao gênero envolve:

- Pontos de ônibus organizados, abrigos nos pontos de embarque e desembarque e quiosques de informação;
- Proteção contra intempéries severas; melhoria na iluminação e visibilidade; uso de materiais transparentes para aumentar a segurança; disponibilização de informações acerca do itinerário; quadros de horários, além de um número de telefone para emergências;
- Treinamento e conscientização dos funcionários das empresas de transporte acerca de gênero e direitos das mulheres;
- Aumento do número de funcionários do sexo feminino no setor do transporte público, inclusive em funções não tradicionais, como na condução de ônibus e trens;
- Aumento da conectividade entre bairros e rotas de modo a permitir que mulheres das áreas mais periféricas e pobres possam acessar o transporte público.

Boas práticas no transporte público – a iniciativa *Viajemos seguras*, do México

No México, a iniciativa *Viajemos seguras*⁴⁰ é pioneira, dada sua complexidade, com enfoque nos sistemas de ônibus, metrô, taxis, órgãos para recebimento de denúncias de violência, treinamento para os prestadores de serviço de segurança e motoristas, além de campanhas para chamar a atenção para condutas masculinas inadequadas. A campanha tem abrangência em uma área onde 15.7 milhões de pessoas utilizam transporte público diariamente. A política coordena as agências estatais e um sistema de transporte com preços acessíveis, conectando áreas periféricas com outros bairros por meio de uma complexa rede de transporte público. Trata-se de um bom exemplo de uma política pública implementada há mais de 10 anos em uma das maiores metrópoles do mundo.

O uso de uma tabela de pontuação para mensurar os avanços em termos dos direitos das mulheres à cidade

Esta tabela de pontuação avalia o alcance das medidas adotadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres nos espaços urbanos em uma ampla gama de países onde a ActionAid atua: Bangladesh, Brasil, República Democrática do Congo, Jordânia, Libéria, Nepal, Nigéria, Senegal, África do Sul e Zimbábue. Foram examinadas evidências de nove fontes: leis e acordos internacionais e

regionais, leis nacionais, compromissos políticos nacionais, estatísticas, orçamentos, serviços públicos, boas práticas e sociedade civil, além de outros atores.

A coleta de informações envolveu algum tipo de julgamento subjetivo, e nem todos os dados tiveram o mesmo nível de confiabilidade. Os dados acerca da violência contra as mulheres no relatório vêm dos Dados sobre Mulheres de 2012 da ONU, por País, que é uma fonte comum que unifica o modo como a violência contra as mulheres é conceituada e medida. É importante observar que para dois dos países estudados – Senegal e África do Sul – não existem quaisquer estatísticas da ONU sobre as Mulheres. Muito embora possa haver outras estatísticas para esses países em âmbito regional, para efeito de comparação, esses países receberam uma nota significativamente mais baixa, já que o fato de tal informação não ser disponibilizada pode ser visto como indicativo de comprometimento com o enfrentamento da violência contra as mulheres.

Como regra geral, esta tabela de pontuação não deve ser usada para saber se um determinado país vai bem ou mal no enfrentamento da violência contra as mulheres. De fato, essa é uma área na qual há questões pendentes em praticamente todos os lugares do mundo. As tabelas

40 - División de Innovación para servir al Ciudadano (2017), Evaluación de impacto del programa "Viajemos Seguras en el Transporte Público en la Ciudad de México"

de desempenho, dado o uso de uma quantidade relativamente pequena de indicadores proxy, devem antes serem vistas como uma ferramenta para obter pistas e uma noção aproximada da situação de cada país em relação ao enfrentamento da violência contra as mulheres, bem como para entender onde são necessárias ações.

Indicadores

Para a tabela de pontuação, os indicadores foram selecionados onde os dados eram mais dotados de comparabilidade e rigor, e estes foram usados como indicadores proxy para outras tendências. Outros dados encontram-se nas páginas referente aos países.

A taxa da violência física e/ou sexual contra as mulheres ao longo de toda uma vida

Esses dados vêm dos Dados da ONU de 2012 sobre Mulheres, por País, e medem o nível da violência contra as mulheres em cada um dos países. O indicador inclui dados sobre violência física ou sexual sofrida pelas mulheres ao longo de suas vidas (reconhece-se que, devido à subnotificação, essas taxas podem ser ainda mais elevadas). Este indicador possui o maior peso na tabela de pontuação.

Os dados da violência contra as mulheres são divididos em quatro categorias relacionadas a uma pontuação baseada nas seguintes relações:

A:<26.25; B<36.5; C < 46.75; D < 57 e E aplica-se aos países sem dados sobre a violência contra mulheres.

É importante mencionar que, ao passo que países com Nota E podem possuir dados nacionais (como África do Sul), nem todos compartilharam seus dados de pesquisa com as Mulheres da ONU. Nos casos em que isso ocorre, é impossível fazer uma comparação com dados de outros lugares do mundo. Por essa razão, esses países permaneceram com conceito E.

A seguinte fórmula foi usada para cálculo das notas:

A: 100, B: 75, C: 50, D: 25, E: 0. O cálculo das notas é ilustrado com um exemplo na página (xx).

1. Existência de um conjunto de leis para lidar com a violência contra as mulheres

Este indicador mede o nível do compromisso assumido por cada país para erradicação da violência contra as

mulheres. Ele se baseia em três fontes de informação para descobrir se o país conta com uma lei para combater a violência contra as mulheres, ou se o país possui uma legislação específica contra o feminicídio. Em muitos casos, existe um conjunto de leis em vigor, mas não há planos ou programas concretos, ou uma equipe técnica treinada em questões de gênero (em setores tais como segurança, prestação jurisdicional e serviço social) para coloca-las em prática.

Inicialmente, observamos se há um conjunto de leis adequadas, e alocamos a cada país uma nota que vai de A a C (A para países que contam com uma lei sobre a violência contra as mulheres e uma legislação específica contra o feminicídio; B para os países que possuem uma lei, mas não contam com uma legislação específica para o feminicídio; e C para aqueles que não contam com qualquer quadro de leis sobre a violência contra as mulheres).

Numa segunda etapa, buscou-se saber se o conjunto de leis estava sendo implementado adequadamente. Nos casos em que o quadro de leis não estava sendo adequadamente implementado, a nota foi reduzida. Por exemplo, países que receberam B por contarem com um quadro de leis, mas que não estavam sendo implementadas, tiveram suas notas reduzidas para C.

Finalmente, uma vez conhecida a nota, dividimos o indicador em quatro conceitos, de A a D, a fim de calcular o valor numérico (A=100; B=66.6; C=33.3 e D=0) para chegarmos à nota final.

2. Existência de um plano com alocação de recursos para enfrentamento da violência contra as mulheres

Este indicador mede o grau de compromisso de um país em termos de recursos econômicos e operacionais. Na grande maioria dos países, não há dados disponíveis acerca do orçamento específico alocado para o combate da violência contra as mulheres. Com essa informação em mente, foram usadas duas fontes de dados.

Primeiramente, buscou-se saber se o país realmente possui ou possuiu (sem proatividade, mas com validade legal) um Plano Nacional de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres. Em um segundo momento, buscamos saber se existe um orçamento específico alocado para o plano. Essas fontes foram combinadas, vez que a maioria dos países possui orçamento para lidar com questões de gênero, mas este tende a ser mais eficaz quando implementado por meio de um plano de ação.

O indicador fornece três conceitos possíveis de A a C, onde A é o mais positivo e C o mais negativo. Os países que contam tanto com um plano nacional quanto com um orçamento obtiveram conceito A. Os países que possuem um plano, mas não um orçamento, ficaram com conceito B. Finalmente, os países que possuem um orçamento, mas não contam com um plano receberam conceito C. Novamente, fornecemos uma pontuação numérica para cada país A=100; B= 50; C=0.

3. É adotada uma perspectiva de gênero no planejamento urbano?

Este indicador busca saber se o país ou suas cidades estão comprometidos com o enfrentamento da violência contra as mulheres no planejamento urbano. A falta de consideração da perspectiva de gênero no planejamento urbano tem um impacto importante na qualidade de vida das mulheres, e muitas sofrem violência em espaços públicos por essa razão. Isso significa que é fundamental que tal perspectiva esteja fortemente contemplada nas políticas de planejamento urbano. Notem que este indicador possui proporcionalmente menor peso na tabela de pontuação, uma vez que ele (assim como o indicador 5) lida com o planejamento urbano, ao passo que a maioria dos outros trata diretamente das políticas de enfrentamento da violência contra as mulheres. Este indicador se baseia em uma análise do país, e inclui critérios que revelam se o planejamento leva em consideração as perspectivas de todos os usuários de equipamentos e infraestrutura urbana, com enfoque especial nas mulheres – inclusive como as normas sociais de gênero afetam as vivências cotidianas nas cidades (como acessibilidade, modicidade das tarifas, mobilidade, sensação de segurança, uso de espaços

públicos e distribuição do tempo). Para este indicador, há uma resposta simples “sim” ou “não”, com uma pontuação de 100 para “sim” e 0 para “não”.

4. Existe uma perspectiva de gênero no desenho e planejamento dos meios de transporte?

Este indicador mede se o país ou suas cidades estão comprometidas com o enfrentamento da violência contra as mulheres por meio de políticas e planos de transporte. Utilizamos o transporte como um proxy para os serviços públicos, assumindo que sistemas públicos de transporte seguros são pré-requisitos necessários para que mulheres e garotas possam exercer seu direito à livre locomoção e de fruir e utilizar os serviços de sua cidade sem a ameaça de exclusão, violência sexual ou assédio. Como este indicador se relaciona a apenas um serviço, ele possui proporcionalmente menor peso na tabela de pontuação. Este indicador se baseia na análise do país, utilizando-se critérios conforme descritos na página XX, e possui uma resposta básica, “sim” ou “não”, com a nota 100 para “sim”, e 0 para “não”.

Indicadores de ponderação

Ponderar significa medir a influência que cada indicador possui em relação aos indicadores como um todo. Nem todos os indicadores possuem a mesma relevância para mensurar a situação da violência contra as mulheres em cada país. Para identificar o peso da relevância de cada um dos indicadores, foi estabelecido um percentual para cada um deles, que reflete a relação existente entre si, alocando percentuais mais elevados para os indicadores considerados mais importantes. O valor estipulado para cada indicador reflete seu coeficiente de ponderação.

Indicador	Coeficiente de ponderação
Índice de violência contra as mulheres	32%
Quadro legal da violência contra as mulheres	28%
Um plano para enfrentamento da violência contra as mulheres com alocação de receita	22%
O planejamento urbano inclui a perspectiva de gênero?	10%
Planos de transporte são elaborados a partir de uma perspectiva de gênero?	8%

Pontuação e classificação

A pontuação nos permite agrupar os países de acordo com seu desempenho. Ela é útil na medida que revela que nenhum país obteve conceito A ou E. Isso demonstra

que não há uma distância tão grande entre os países que possuem notas mais altas e os que estão no final do ranking. A classificação nos ajuda a agrupar os países de acordo com suas pontuações, e com base nos indicadores acima.

Conclusões e recomendações

Por mais de três décadas, uma série de atores, incluindo acadêmicos e movimentos feministas, além de organizações que militam em prol dos direitos das mulheres, vêm chamando atenção para o fato de que o desenho e planejamento das políticas e programas para as cidades excluem as mulheres.

Ainda que existam exemplos de mulheres com participação ativa nos processos de construção da cidade e melhoria dos assentamentos humanos e habitats – especialmente por meio de seu engajamento nos movimentos sociais que reivindicam terra, moradia e serviços – a liberdade das mulheres de utilizar, usufruir e se locomover nas cidades tem sido restringida e sua participação limitada.

A violência contra as mulheres está em toda a parte. Trata-se de problema estrutural, que vem sendo ignorado. As mulheres ainda sofrem diversas formas de violência, dependendo das identidades que se entrecruzam, e a violência está presente tanto na esfera privada quanto na pública. Os estados não têm cumprido suas promessas de prevenir e eliminar a violência contra mulheres e garotas. Em primeiro lugar, já constitui desafio sequer definir a situação de violência devido à falta generalizada de dados desagregados – fator-chave para a compreensão dos contextos vividos pelas mulheres. Em segundo lugar, onde existem leis, estas frequentemente não são implementadas devido à falta de vontade política. Da perspectiva da cidade, a violência não pode ser reduzida se as mulheres continuam a ser excluídas do planejamento urbano, e se prosseguirem os cortes nas verbas para os serviços públicos sensíveis a gênero, como o de transporte.

As vozes das organizações de mulheres têm desempenhado um papel central no que tange às questões de gênero nas cidades.⁴¹ Por exemplo, grupos e organizações de mulheres da América Latina e do Caribe formaram uma rede chamada Encontros Feministas da América Latina (EFLAC).⁴² Esse movimento de solidariedade reune diversos grupos feministas para discutir as estratégias para influenciar autoridades, e convence-las a levar em consideração as questões que se

entrecruzam e afetam as mulheres. O futuro poderia ser um lugar bem diferente. As administrações municipais progressistas que trabalham com a sociedade civil têm obtido muitas conquistas em casos onde houve um forte enfoque na promoção dos direitos da mulher a uma vida livre de violência, conforme detalhado no caso de Garanhuns, Brasil (see page xx). Contudo, para podermos alcançar esse futuro brilhante, nossas cidades e países necessitam de mais líderes que estejam dispostos a se engajarem nesta luta juntamente com as mulheres.

Recomendações específicas para os governos

1. Assumir o compromisso de produzir dados desagregados para o registro e compreensão da natureza da violência contra as mulheres, tanto nos espaços públicos quanto nos privados.
2. Desenvolver, financiar e implementar políticas, serviços e programas de governo para enfrentamento do machismo institucional existente no âmbito do governo, no setor público, nos locais de trabalho e em instituições-chave, incluindo o Judiciário.
3. Garantir que grupos de mulheres e sobreviventes da violência participem do desenho, desenvolvimento e implementação das políticas de orçamento, programas e serviços para prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres. Institucionalizar programas e serviços contínuos de monitoramento e auditoria.
4. Assegurar que os serviços públicos recebam as verbas adequadas, sejam universais, acessíveis e sensíveis a gênero, inclusive os serviços de prevenção e resposta à violência contra as mulheres, tais como centros de atendimento a vítimas de estupro, abrigos, assistência jurídica, creches, educação, saúde, transporte público, moradia e iluminação pública.
5. Garantir a implementação de políticas de tributação progressiva para financiamento dos serviços públicos, bem como a retirada de todos os incentivos fiscais, trabalhistas e ambientais concedidos a empresas que enfraqueçam a capacidade dos governos de respeitar, proteger e assegurar os direitos das mulheres, inclusive

41 - Essas redes incluem Women and Habitat Network da América Latina e de toda a Ásia e África; Jagori na Índia; Women in the Cities International, com sede no Canadá; e a Comissão Huairou.

42 - Para uma releitura, vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Latin_American_and_Caribbean_Feminist_Encuentros [acessado em 12 de novembro de 2017].

seu direito a uma vida livre da violência. Em especial, garantir que as corporações comerciais não fiquem isentas das leis trabalhistas nacionais, inclusive as leis de prevenção ao assédio e violência sexual, bem como a discriminação baseada em gênero no local do trabalho.

Bangladesh (que ratificou a CEDAW em 1979) ocupa a sexta posição entre os países estudados, com conceito C, na média. As estatísticas oficiais sobre a violência contra as mulheres são produzidas e desagregadas em Bangladesh e, ainda que os dados da ONU para a tabela de pontuação tenham sido utilizados para assegurar a comparabilidade, números posteriores sugerem que os índices de violência são ainda mais elevados, em 54.7%⁴³. Bangladesh desenvolveu um plano para enfrentamento da violência contra as mulheres (que se encontra nas mãos do Ministério das Mulheres e Crianças) que conta com alocação de recursos.



Schoolgirls lobbied officials that they were being sexually harassed as they walked through the local dumpsite. Since, lighting and CCTV cameras have been installed. Mwakirunge, Kenya.

PHOTO: JENNIFER HUXTA/ACTIONAID

43 - Report on Violence Against Women Survey 2015 by BBS and UNFPA, executive summary, p. xviii. Available at: <http://evaw-global-database.unwomen.org/en/countries/asia/bangladesh/2015/report-on-violence-against-women-vaw-survey-2015> [accessed: 12 November 2017].

Seção 3: Resultados da tabela de pontuação por país

África do Sul

Pontuação Geral: **20.32/100**Conceito Geral: **D (A-E)**Classificação Geral: **10/10**

Indicador	Conceito
Índice de violência contra as mulheres	No data from UN women
Há violência contra o conjunto de leis de proteção à mulher e sua implementação?	Sim – existe uma lei sobre violência contra as mulheres Não há lei prevendo o feminicídio Implementação inadequada do quadro de leis
Existe um plano para o enfrentamento da violência contra as mulheres que inclua dotação orçamentária?	Não
O planejamento urbano ou os planos dos órgãos de planejamento urbano incluem uma perspectiva de gênero?	Não
Os projetos de transporte são desenhados segundo uma perspectiva de gênero?	Não

A África do Sul pontua mal, embora haja algumas leis positivas em vigor, poucos esforços têm sido feitos para documentar a violência (por exemplo, não existem disponíveis dados da Mulheres da ONU de 2012) ou para implementar e dar continuidade às políticas. Isso resulta em níveis muito elevados de violência. Metade das mulheres da província de Gauteng na África do Sul já sofreram alguma forma de violência de gênero ao longo da vida.⁴⁴ Uma mulher é assassinada a cada oito horas pelo seu parceiro, (ex) marido ou (ex) namorado.⁴⁵ Estima-se que mais de 40% das mulheres sul africanas já sofreram estupro ao longo da vida, e apenas um em cada quatro estupros é denunciado.⁴⁶ Há uma elevada incidência de estupro coletivo⁴⁷ e apenas 14% dos estupradores são condenados na África do Sul.⁴⁸ O relatório anual do Serviço de Polícia da África do Sul do biênio 2015-16 revelou que as mulheres são vítimas de 74% de todos os tipos de crimes cometidos.⁴⁹

De acordo com a ActionAid África do Sul, as mulheres, especialmente as mulheres negras, constituem o principal grupo afetado pelas incertezas econômicas, sociais e políticas, e carregam uma tríplice carga estruturalmente arraigada de opressão de raça, classe e gênero.

A violência contra lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexual e queer (LGBTIQ) também disparou ao longo da última década.⁵⁰ Lésbicas da classe trabalhadora, que são vítimas de violentos crimes de ódio que envolvem estupro,

44 - Gender links (2012), Research: Gender Violence 'A Reality in South Africa', Johannesburg.

45 - South African Medical Research Council. Vide: <http://www.mrc.ac.za/gender/whatworks.htm>

46 - Vide: <http://www.ann7.com/more-than-40-of-women-will-be-raped-in-their-lifetime/> and The New Age (2016), More than 40% of Women will be Raped in their Lifetime. Disponível em: https://www.powa.co.za/POWA/wp-content/uploads/2016/12/The-New-Age_NS.pdf [acessado em 6 de novembro de 2017].

47 - Vide: <http://southafrica.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/FinalVAWStudyReportProof%28withdesignandlayout%29.pdf>.

48 - The New Age (2016), More than 40% of Women will be Raped in their Lifetime. Disponível em: https://www.powa.co.za/POWA/wp-content/uploads/2016/12/The-New-Age_NS.pdf [acessado em 6 de novembro de 2017].

49 - Vide: https://www.saps.gov.za/about/stratframework/annual_report/2015_2016/saps_annual_report_2015_2016.pdf

50 - Love Not Hate Campaign (2016), Hate Crimes Against LGBTI people, South Africa, Vide: <https://www.out.org.za/index.php/library/reports?download...lgbt...south-africa...>

não recebem proteção ou apoio jurisdicional adequado. Como as pessoas LGBTIQ não formam grupos organizados no âmbito da comunidade, e tampouco contam com o suporte de outras organizações da sociedade civil ou do público em geral, encontram-se particularmente vulneráveis à discriminação e injustiça.

Os dados são uma grande questão. Embora existam dados disponíveis acerca da violência baseada em gênero e da violência contra mulheres e garotas, em sua maioria são coletados e documentados por ONGs. O governo, na maior parte dos casos, não tem demonstrado vontade política e não tem respeitado as obrigações assumidas nos instrumentos internacionais ao não apresentar e compartilhar os dados com a ONU e/ou depender das ONGs para a realização desta pesquisa.⁵¹

A despeito da legislação progressista e ampla que prevê proteção para os direitos das mulheres, sua implementação não vem de fato ocorrendo. Há uma grave carência de recursos e falta de capacitação e apoio às vítimas. As mulheres sofrem por conta da prevalência de atitudes negativas por parte da polícia, dos magistrados e dos profissionais da área da saúde.⁵² Os sobreviventes não vêem a justiça ser feita, uma vez que as taxas de condenação são muito baixas. Conforme ocorre na maioria dos casos envolvendo violência de gênero que levam ao feminicídio, as mulheres que recorrem às autoridades policiais para requererem medidas restritivas são frequentemente mandadas de volta para casa.⁵³

A segurança pessoal e o assédio no transporte público são também causa importante de preocupação para as mulheres. A sensação de segurança nos deslocamentos vai além da segurança física da estrada, e envolve, também, riscos de assédio, perseguição, agressão sexual e estupro. Enquanto os homens priorizam a eficiência dos transportes, as mulheres priorizam a segurança física e pessoal ao decidirem como viajar. O medo da violência é uma barreira bastante real à mobilidade e ao acesso aos transportes públicos.

A África do Sul ocupa a posição mais baixa na tabela de pontuação da Cidades Seguras para as Mulheres, o que resulta de uma combinação de falta de recursos para a promoção dos direitos das mulheres e enfrentamento da violência contra a mulher,

ausência de uma lei prevendo o feminicídio, falta de planejamento urbano e de projetos de transporte dotados de uma perspectiva de gênero. Ainda falta muito em termos dos compromissos e das ações necessárias por parte do governo e do parlamento para a construção de um sistema que de fato enfrente a violência contra as mulheres, e que conte com processos participativos de planejamento, transparência, adequação de recursos e políticas que transformarão em realidade a atual legislação sobre os direitos das mulheres.



Anelisa, Her vision is of a safe city, 'where women can walk to the taxi rank or shop without being abused by men who either say vulgar things or physically assault them.' South Africa.

PHOTO: ACTIONAID

51 - Vide: <http://southafrica.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/FinalVAWStudyReportProof%28withdesignandlayout%29.pdf>.

52 - POWA and CAL study with support of OXFAM and Ford Foundation

53 - Human Rights Watch (2017) Human Rights Watch World Report. Vide: <https://www.hrw.org/world-report/2017/country-chapters/south-africa>

Bangladesh

Pontuação Geral: **39.32/100**Conceito Geral: **C (A-E)**Classificação Geral: **6** (empatado com a RDC) /10

Indicador	Conceito
Índice de violência contra as mulheres	53.3
Há violência contra o conjunto de leis de proteção à mulher e sua implementação?	Sim – existe uma lei que trata da violência contra as mulheres Não existem leis sobre feminicídio Implementação inadequada do quadro de leis
Existe um plano para o enfrentamento da violência contra as mulheres que inclua dotação orçamentária?	Sim
O planejamento urbano ou os planos dos órgãos de planejamento urbano incluem uma perspectiva de gênero?	Não
Os projetos de transporte são desenhados segundo uma perspectiva de gênero?	Não

Bangladesh (que ratificou a CEDAW em 1979) ocupa a sexta posição entre os países estudados, com conceito C, na média. As estatísticas oficiais sobre a violência contra as mulheres são produzidas e desagregadas em Bangladesh e, ainda que os dados da ONU para a tabela de pontuação tenham sido utilizados para assegurar a comparabilidade, números posteriores sugerem que os índices de violência são ainda mais elevados, em 54.7%⁵⁴. Bangladesh desenvolveu um plano para enfrentamento da violência contra as mulheres (que se encontra nas mãos do Ministério das Mulheres e Crianças) que conta com alocação de recursos.

Bangladesh não conta com leis específicas para lidar com o feminicídio, embora existam instrumentos legais para persecução criminal dos autores da violência, bem como uma lei contra a violência de gênero. Em que pese não haver leis específicas para enfrentamento do assédio sexual em espaços públicos e privados, há dispositivos legais em diferentes legislações que prevêm proteção a mulheres e crianças. Ademais, em 2010, a Alta Corte emitiu diretivas para instituições de ensino e locais de trabalho exigindo a formação de comissões de prevenção ao assédio sexual e a instalação de urnas para coleta de reclamações. A Alta Corte também requisitou que o governo promulgasse leis contra assédio sexual nos espaços públicos. Contudo, tal mecanismo não funcionou bem, uma vez que a prevalência de atitudes que derivam de uma tradição patriarcal transfere à vítima o ônus de provar que não contribuiu para o evento criminoso, além de não apresentar dispositivos claros para o oferecimento de denúncia contra os autores dos atos criminosos. Ademais, o termo “assédio” não é definido em qualquer conjunto de leis.

As mulheres de Bangladesh ainda se sentem inseguras e se preocupam com as consequências que possam advir da denúncia de qualquer crime, o que se evidencia pela relutância entre as mulheres pesquisadas de irem à polícia para noticiar os crimes: 65% das mulheres entrevistadas acham que a polícia poria nelas a culpa e não no autor do fato; e 57% acham que o crime não seria levado a sério. Quando a questão envolve o transporte, 49% das mulheres pesquisadas não se sentem seguras nas ruas ou ao utilizarem o transporte público. Além disso, 48% se sentem inseguras ao tentarem acessar um serviço público.⁵⁵ De acordo com uma pesquisa recente, Dhaka foi considerada a sétima pior cidade do mundo para as mulheres.⁵⁶

54 - Report on Violence Against Women Survey 2015 by BBS and UNFPA, executive summary, p. xviii. Available at: <http://evaw-global-database.unwomen.org/en/countries/asia/bangladesh/2015/report-on-violence-against-women-vaw-survey-2015> [accessed: 12 November 2017].

55 - ActionAid (2015), Women and the City III: A Summary of Baseline Data on Violence Against Women and Girls in Seven Countries, ActionAid: Johannesburg, pág.27. Disponível em: http://www.actionaid.org/sites/files/actionaid/women_and_the_city_iii.pdf [acessado em 3 de novembro de 2017].

56 - Thomson Reuter Foundation (2017), Vide: <http://poll2017.trust.org/city/?id=dhaka> [acessado em 12 de novembro de 2017].

Brasil

Pontuação Geral: **53.65/100**Conceito Geral: **C (A-E)**Classificação Geral: **4/10**

Indicador	Conceito
Índice de violência contra as mulheres	28.9
Há violência contra o conjunto de leis de proteção à mulher e sua implementação?	Sim – existe uma lei que trata da violência contra as mulheres Sim – existe lei prevendo o feminicídio Implementação inadequada do quadro de leis
Existe um plano para o enfrentamento da violência contra as mulheres que inclua dotação orçamentária?	Não
O planejamento urbano ou os planos dos órgãos de planejamento urbano incluem uma perspectiva de gênero?	Não
Os projetos de transporte são desenhados segundo uma perspectiva de gênero?	Não

O Brasil ocupa a quarta posição entre os países pesquisados. Foram feitos esforços ao longo das últimas duas décadas para dar visibilidade à violência contra as mulheres. O acordo acerca de um plano nacional, acompanhado de orçamento para implementação de políticas acerca dos direitos das mulheres em 2004, forneceu um conjunto de ações. Muito embora tenham ocorrido problemas envolvendo sua implementação, e pouco tenha sido feito para enfrentamento da violência contra as mulheres em áreas urbanas, algum avanço foi conquistado. Ademais, o movimento em prol dos direitos das mulheres no Brasil é organizado e forte, assumindo a liderança das lutas e ocupando as ruas na defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras e dos valores feministas.

No entanto, ainda há muito a ser feito. A situação política no Brasil desde o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 teve um impacto negativo no avanço dos direitos das mulheres. As conquistas, como o reconhecimento do feminicídio e a criação da Lei Maria da Penha contra a violência doméstica, agora correm riscos. Em maio de 2016, o novo Ministro da Justiça anunciou um pacote de medidas para enfrentamento da violência contra as mulheres, mas sem metas ou prazos para implementação e, até o momento, nada foi colocado em prática. De fato, as coisas têm regredido. Por exemplo, foram suspensos os repasses destinados à “Casa”, casas de mulheres que dão suporte a mulheres vítimas de violência, e à parte do programa “Mulheres, vivam sem violência”, criados pela agora extinta Secretaria para Políticas das Mulheres. As propostas de novas regras de aposentadoria que exigem que as mulheres contem o mesmo tempo de contribuição que os homens não levam em consideração a dupla jornada das mulheres, que inclui o trabalho não remunerado no lar.⁵⁷

De acordo com a pesquisa feita pela Agence Française de Développement (AFD), o Brasil é o pior lugar da América Latina para as mulheres. Mulheres e garotas no país inteiro sofrem diariamente com o machismo, assédio e violência sexual nos espaços públicos e privados. Em 2014, uma mulher foi estuprada a cada 11 segundos.⁵⁸ De acordo com uma pesquisa disseminada pela ActionAid, 87% das mulheres brasileiras que vivem em áreas urbanas relataram terem sofrido assédio no último mês.⁵⁹ Uma pesquisa realizada pela Agência Enóis revela que 90% das mulheres com idades entre 14 e 24 anos que moram nas periferias das cidades brasileiras pararam de frequentar espaços públicos e de usar certas roupas por medo da violência.⁶⁰

57 - Vide: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/en/geral/noticia/2017-03/brazil-women-work-75-hours-more-men>.

58 - Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

59 - Vide: http://actionaid.org.br/na_midia/87-das-brasileiras-foram-assediadas-no-ultimo-mes-afirma-actionaid/.

60 - Instituto Patrícia Galvão e Instituto Vladimir Herzog. Vide: http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/07/ENOIS_meninapodetudo2015.pdf.

Há pontos de interseção entre mulheres, raça e violência. Mulheres negras correm duas vezes mais risco de serem assassinadas do que mulheres brancas – as taxas de homicídio por abuso físico são de 3.2 mulheres brancas por 100.000 mulheres, e de 7.2 mulheres negras por 100.000.⁶¹ O Mapa da Violência de 2015 revela que, entre 2003 e 2013, houve uma redução de 9.8% no número total de homicídios de mulheres brancas, ao passo que a taxa para as mulheres negras subiu em 54.2%.⁶² O direito das mulheres à cidade é constantemente violado, uma vez que a ameaça da violência é algo onipresente, o que restringe ainda mais a capacidade das mulheres de se locomoverem e usufruírem os espaços públicos.

As cidades brasileiras são espaços extremamente desiguais, já que os investimentos públicos e infraestrutura urbana são frequentemente priorizados para áreas de alta renda. Serviços públicos de baixa qualidade, como transporte, iluminação pública, educação, policiamento e moradia afetam de forma direta as vidas de milhões de mulheres, particularmente as pobres que vivem nas áreas periféricas.

As decisões tendem a favorecer os homens, uma vez que eles ocupam os órgãos de tomada de decisões. Nas últimas eleições, apenas 13.5% dos vereadores eleitos em todo o Brasil eram mulheres, e 1.325 municípios não contam com qualquer mulher nas suas câmaras legislativas. Apenas 12% de um total de 5.570 municípios brasileiros possuem uma mulher como prefeita.⁶³

A principal prova da falta de compromisso do Brasil de enfrentar a violência contra as mulheres reside na alocação de recursos. Entre 2016 e 2018, a verba alocada para o combate da violência contra as mulheres sofreu uma redução de 74%.⁶⁴ Grupos feministas e organizações não-governamentais (ONGs) declaram que essa queda anuncia o fim das políticas públicas do Brasil para enfrentamento da violência contra as mulheres (é por essa razão que afirmamos nos resultados da tabela de pontuação que atualmente não existe orçamento para enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil). Em 2016, o Governo Federal aprovou R\$ 43 milhões para o “Tratamento de mulheres em situação de violência”, mas apenas R\$ 41,00 (menos de US\$ 15) foram gastos.⁶⁵

61 - SINESP (2015) Diagnóstico dos Homicídios no Brasil. Vide: http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos_diversos/1diagnostico-homicidios.pdf

62 - Mapa da Violência de 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil – Flacso, PAHO-WHO, Mulheres da ONU, SPM / 2015.

63 - Vide: <http://politica.estadao.com.br/blogs/conexao-eleitoral/a-desigualdade-de-genero-na-politica-municipal-brasileira/>.

64 - Vide: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2017/setembro/orcamento-2018-brasil-a-beira-do-caos>.

65 - Vide: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2017/marco/com-desmonte-institucional-e-orcamento-reduzido-direitos-das-mulheres-estao-sob-ataque>.

Jordânia

Pontuação Geral: **54/100**Conceito Geral: **C (A-E)**Classificação Geral: **3/10**

Indicador	Conceito
Índice de violência contra as mulheres	23
Há violência contra o conjunto de leis de proteção à mulher e sua implementação?	Não há lei sobre violência contra as mulheres Não há leis prevendo o feminicídio Não há quadro de leis
Existe um plano para o enfrentamento da violência contra as mulheres que inclua dotação orçamentária?	Sim
O planejamento urbano ou os planos dos órgãos de planejamento urbano incluem uma perspectiva de gênero?	Não
Os projetos de transporte são desenhados segundo uma perspectiva de gênero?	Não

A Jordânia ocupa a terceira posição entre os países pesquisados, e recebeu um simples conceito C. Segundo um relatório do Banco Mundial, as mulheres jordanianas sofrem restrições que derivam de preconceitos relacionados a gênero, normas sociais restritivas e um quadro de leis que discriminam as mulheres. Um exemplo claro disso é a lei que não confere nacionalidade jordaniana aos filhos nascidos de mulher jordaniana cujo pai seja de outro país.⁶⁶

A violência contra as mulheres nos espaços públicos não é reconhecida como um problema na Jordânia – a segurança das mulheres nos espaços públicos é entendida como algo relacionado a riscos comuns, como incêndio. É possível que esta seja a razão de a Jordânia ser um dos poucos países pesquisados que não conta com um quadro de leis para enfrentamento da violência de gênero. As mulheres preferem não denunciar casos de assédio sexual porque são interrogadas acerca das roupas que estavam vestindo no momento da ocorrência do fato, da sua nacionalidade e profissão. Dependendo da resposta, a polícia pode ou não atuar, ainda que a lei obrigue. Na maioria dos casos, nenhuma medida é tomada, uma vez que consideram os trajes das mulheres como a “causa” de qualquer assédio sexual que venham a sofrer.

Em abril de 2017, foram aprovadas emendas ao Código Penal que permitem que estupradores se livrem do processo penal caso se casem com suas vítimas. A emenda sugeria a manutenção do dispositivo para vítimas entre 15-18 anos de idade, o que gerou forte resistência das organizações de mulheres, ativistas e da comunidade internacional, forçando o parlamento a revogar todo o artigo.⁶⁷

Os avanços feitos pela Jordânia residem na criação de uma Comitê Nacional da Mulher, encarregado de desenvolver projetos e um plano estratégico com enfoque na segurança humana e proteção social (Empoderamento social em assuntos relacionados à violência contra as mulheres); e no empoderamento político das mulheres e sua participação em todos os aspectos da vida em sociedade, inclusive em posições de liderança e de tomada de decisões, além de empoderamento econômico.

66 - Human Rights Watch (2015), World Report 2015: Jordan. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2015/country-chapters/jordan> [acessado em 6 de novembro de 2017].

67 - Anistia Internacional, Jordânia 2016/2017. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/countries/middle-east-and-north-africa/jordan/report-jordan/> [acessado em 6 de novembro de 2017].

Libéria

Pontuação Geral: **38/100**Conceito Geral: **D** (A-E)Classificação Geral: **8/10**

Indicador	Conceito
Índice de violência contra as mulheres	38.6
Há violência contra o conjunto de leis de proteção à mulher e sua implementação?	Não há lei sobre violência contra as mulheres Não há lei prevendo o feminicídio Não há um quadro de leis
Existe um plano para o enfrentamento da violência contra as mulheres que inclua dotação orçamentária?	Sim
O planejamento urbano ou os planos dos órgãos de planejamento urbano incluem uma perspectiva de gênero?	Não
Os projetos de transporte são desenhados segundo uma perspectiva de gênero?	Não

A Libéria ocupa o oitavo lugar entre os países pesquisados e ficou com conceito D, uma vez que ainda há muito a ser feito no enfrentamento da violência contra as mulheres na cidade. A Libéria não possui qualquer estatística oficial acerca da violência contra as mulheres nos espaços públicos, mas há alguns dados disponíveis no Ministério da Justiça, no Ministério do Gênero e na ONU. O estupro é o segundo tipo de crime mais recorrente na Libéria, depois da violência doméstica⁶⁸ – juntos, respondem por mais de 70% de todos os crimes graves relatados.⁶⁹ Em 2014, houve 708 casos relatados de estupro e, em 2015, esse número aumentou para 803.⁷⁰ Alguns casos são levados à polícia, outros a ONGs e aos serviços de atendimento à saúde, ao passo que alguns sequer são notificados. Dos casos que são levados à autoridade policial, apenas um-terço chegam aos tribunais.⁷¹

A impunidade nos casos de estupro na Libéria está relacionada a normas sociais e atitudes, fraco aparato legal e institucional, corrupção, falta de boa vontade ou diligência da parte dos agentes do governo, além de restrições logísticas. Tamanha impunidade deriva em parte do legado de 14 anos de conflito civil que levou ao colapso de muitos sistemas. Por exemplo, o país não conta com qualquer projeto adequado para o sistema público de transporte urbano, e o sistema atual – que é operado e administrado pelo governo – não supre as necessidades de mais de um milhão de usuários do transporte público. Os poucos abrigos que existem nos pontos dos ônibus não podem ser utilizados à noite por não contarem com iluminação.

A maioria dos liberianos vivem em centros peri-urbanos e áreas rurais onde existe pouca infraestrutura pública em funcionamento, como água encanada e banheiros públicos.

Onde há iniciativas positivas, como a criação de uma Unidade de Atendimento para Violência Sexual e Baseada em Gênero, não há recursos adequados. Por exemplo, os Oficiais de Ligação do Caso, que fazem a intermediação entre as vítimas, a polícia e os promotores públicos, não receberam qualquer ajuda de custo para viagens em 2014, e a linha direta – criada para dar suporte às pessoas impactadas pela violência e assédio e para registrar as queixas – não estava em operação.⁷²

68 - Direitos Humanos da ONU, UN Report Urges Liberia to Act on Rape. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=20680&LangID=E> [acessado em 6 de novembro de 2017].

69 - United Nations in Liberia (2013), United Nations Development Assistance Framework, 2013-2017. Retirado de <http://www.undg.org/unct.cfm?module=CoordinationProfile&page=Country&CountryID=LIR>. and <http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=20680&LangID=E>.

70 - UN Human Rights, UN Report Urges Liberia to Act on Rape. Op cit.

71 - Ibid.

72 - UN Human Rights, UN Report Urges Liberia to Act on Rape. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=20680&LangID=E> [acessado em 6 de novembro de 2017].

Nepal

Pontuação Geral: **72.65/100**Conceito Geral: **B** (A-E)Classificação Geral: **1/10**

Indicador	Conceito
Índice de violência contra as mulheres	28.2
Há violência contra o conjunto de leis de proteção à mulher e sua implementação?	Sim – existe uma lei para enfrentamento da violência contra as mulheres Sim – existe uma lei com previsão de feminicídio Implementação inadequada do quadro de leis
Existe um plano para o enfrentamento da violência contra as mulheres que inclua dotação orçamentária?	Sim
O planejamento urbano ou os planos dos órgãos de planejamento urbano incluem uma perspectiva de gênero?	Não
Os projetos de transporte são desenhados segundo uma perspectiva de gênero?	Não

O Nepal ocupa a primeira posição na nossa pesquisa, e a violência contra as mulheres no país apareceu bem abaixo da média da amostragem. Isso se dá devido ao quadro de leis que inclui leis para enfrentamento da violência contra as mulheres e lei prevendo o feminicídio, além de uma implementação adequada do aparato legal, inclusive alocação de verbas, além de uma perspectiva adequada de gênero nos projetos de transporte. O governo pode continuar nessa linha, e conquistar ainda mais em termos do enfrentamento dos constantes problemas que afetam as mulheres nas cidades.

Muito embora as cidades estejam passando por transformações e uma série de esforços vêm sendo feitos para melhor organizá-las, os espaços públicos têm se tornado inseguros. Há um aumento da frota de veículos particulares, e as estradas têm se expandido.⁷³ Lares relativamente pobres e pessoas que têm que usar transporte público regularmente têm sido afetadas negativamente, o que impede que seu direito à cidade seja garantido.⁷⁴

Os impactos são mais nocivos para as mulheres e crianças, muitas das quais testemunharam ou sofreram violência, o que gera problemas de saúde mental, além de afetar negativamente a educação de garotas e mulheres e seu potencial de emprego; a maioria das garotas que sofreram violência relataram que o incidente afetou seu estilo de vida e oportunidades.⁷⁵

De acordo com um estudo preliminar de 2017, 60% das mulheres e garotas pesquisadas já sofreram violência em espaços públicos,⁷⁶ enquanto 80% das mulheres e garotas pesquisadas se sentem inseguras nos espaços públicos. Algumas localidades são percebidas como sendo mais inseguras do que outras, e aquelas que utilizam o transporte público corriam mais riscos do que as que se locomoviam por outros meios. Os riscos de mulheres e garotas sofrerem violência são transversais a outras identidades. As garotas mais jovens correm maiores riscos, com maior incidência entre as que têm entre 10 a 14 anos de idade. Enquanto 80% das mulheres com idades entre os 15-19 anos continuam a sofrer violência nos espaços públicos, essa taxa de incidência cai para 60% para mulheres com idades entre 25 e 30 anos.⁷⁷

A formação universitária foi um fator que contribuiu para um maior risco de violência, talvez pelo fato de essas mulheres terem maior mobilidade e tenderem mais a denunciar as agressões.⁷⁸ Contudo, os índices de casos de violência denunciados eram muito baixos. Apenas 4% tinham denunciado algum caso de violência ocorrida no espaço público,⁷⁹ embora muitas – em torno de 60% – enfrentaram o problema à época com o autor do fato.

73 - Vide: <https://www.adb.org/sites/default/files/linked-documents/cps-nep-2013-2017-ssa-02.pdf>

74 - ActionAid Nepal (2017), Safe Cities; Results from scoping study in Earthquake affected districts in Nepal.

75 - Ibid.

76 - Ibid.

77 - Ibid.

78 - Ibid.

79 - Ibid.

Nigéria

Pontuação Geral: **63.32/100**Conceito Geral: **B** (A-E)Classificação Geral: **9/10**

Indicador	Conceito
Índice de violência contra as mulheres	16
Há violência contra o conjunto de leis de proteção à mulher e sua implementação?	Sim – existe uma lei sobre a violência contra as mulheres Não há previsão legal de feminicídio Implementação inadequada do quadro de leis
Existe um plano para o enfrentamento da violência contra as mulheres que inclua dotação orçamentária?	Sim
O planejamento urbano ou os planos dos órgãos de planejamento urbano incluem uma perspectiva de gênero?	Não
Os projetos de transporte são desenhados segundo uma perspectiva de gênero?	Não

A Nigéria ocupa a segunda posição entre os países pesquisados, mas isso sugere que as políticas são positivas no papel, havendo pouco que se comemorar. De acordo com o Gender in Nigeria Report 2012, uma a cada três mulheres e garotas com idades entre 15-24 anos já foram vítimas de violência. A violência é endêmica em algumas instituições públicas, incluindo a própria polícia e certos órgãos de ensino, nos quais uma “cultura arraigada de impunidade” protege os autores de estupro e outros atos violentos. Esses crimes são subnotificados, com pouquíssimos casos chegando às cortes de justiça.⁸⁰

A segurança das mulheres e garotas da Nigéria, assim como em muitas partes do continente africano, ainda enfrenta desafios. Mulheres têm necessidades específicas nas cidades, e as utilizam de forma diferente dos homens. Porém, tais necessidades não são levadas em conta nos processos de desenvolvimento urbano. A falta de iluminação adequada nas ruas da cidade continua a torna-las inseguras para mulheres e garotas. Em cidades como Lagos, as mulheres trabalham em atividades comerciais à noite, em atividades que vão da venda de alimentos a serviços de cabeleireiros. O risco de sofrer um ataque é muito alto, e essas mulheres enfrentam ameaças ao utilizarem o transporte público na cidade. Lagos foi eleita a oitava cidade mais perigosa para as mulheres do mundo em uma pesquisa da Thomson Reuters.⁸¹

Ademais, excelentes políticas e intenções não se traduziram em ações, e a CEDAW não foi completamente adotada na Nigéria. No entanto, o Estado de Lagos conta com leis para proibir a violência e processar os autores. O governo do estado vem treinando 190 funcionários do Comando e Centro de Controle de Emergências do Estado para receber e lidar com relatos de violência sexual e por motivo de gênero.⁸² Essas medidas são adotadas para garantir que as pessoas que sofram tamanha violência tenham uma voz, bem como para garantir que pessoas do povo que desejem denunciar casos de violência possam fazê-lo com total confidencialidade.

80 - British Council Nigeria (2012), Gender In Nigeria Report 2012. Improving the Lives of Girls and Women in Nigeria. Disponível em: https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/67333/Gender-Nigeria2012.pdf [acessado em 6 de novembro de 2017].

81 - Thomson Reuters Foundation (2017). Vide: <http://poll2017.trust.org/city/?id=lagos>.

82 - Vide: <https://www.channelstv.com/tag/lagos-state-domestic-and-sexual-violence-response-team/>.

República Democrática do Congo (RDC)

Pontuação Geral: **39.32/100**Conceito Geral: **D (A-E)**Classificação Geral: **6 (empatada com Bangladesh) /10**

Indicador	Conceito
Índice de violência contra as mulheres	57
Há violência contra o conjunto de leis de proteção à mulher e sua implementação?	Sim – existe uma lei sobre a violência contra as mulheres Não há previsão legal para o feminicídio Implementação inadequada do quadro de leis
Existe um plano para o enfrentamento da violência contra as mulheres que inclua dotação orçamentária?	Sim
O planejamento urbano ou os planos dos órgãos de planejamento urbano incluem uma perspectiva de gênero?	Não
Os projetos de transporte são desenhados segundo uma perspectiva de gênero?	Não

A República Democrática do Congo ocupa a sexta posição (empatada com Bangladesh) entre os países estudados. Esse dado surpreende, já que o país tem sido descrito como o lugar mais perigoso do mundo para mulheres e garotas, e a capital, Kinshasa foi eleita este ano como a segunda cidade mais perigosa do mundo para as mulheres.⁸³ Contudo, o conceito D do país sugere que o nível de exigência não é elevado. A Pesquisa de Saúde Democrática (2013-2014) indica que mais de metade das mulheres na República Democrática do Congo já sofreu violência física desde os 15 anos de idade.⁸⁴ Esse relatório e outros estudos demonstram que mulheres e garotas têm sido seriamente afetadas pelos anos de conflitos e instabilidade política, e já sofreram algumas das formas mais terríveis de violência.⁸⁵ Por exemplo, mais de 1.7 milhões de mulheres já relataram terem sofrido estupro; 3.37 milhões de mulheres já sofreram violência dos parceiros; e mais de 400.000 mulheres foram estupradas apenas entre 2010-2011.⁸⁶

A violência generalizada contra mulheres e garotas ocorre nos espaços urbanos. Um estudo recente sobre segurança em Kinsenso – uma das comunidades mais pobres de Kinshasa e onde o projeto Cidades Seguras foi implementado – feito pela ActionAid da República Democrática do Congo revelou que 42% das mulheres entrevistadas conhecem uma mulher que sofreu violência em um espaço público nos últimos 12 meses.⁸⁷ Das mulheres entrevistadas, 63% afirmaram se preocupar com sua segurança; 50% revelaram preocupações acerca de assalto; e 23% tinham medo de sofrer agressões sexuais ou estupro.⁸⁸

A República Democrática do Congo apresenta um claro exemplo de como, mesmo onde foram feitas promessas de alto nível, a realidade das mulheres e garotas permanece completamente estagnada. Muito embora a República Democrática do Congo tenha ratificado a CEDAW e o Protocolo sobre os Direitos das Mulheres da África (Protocolo de Maputo) à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, persiste uma legislação discriminatória, notavelmente no Código das Famílias. A violência sexual é cometida sob o manto da impunidade em zonas de conflito, bem como

83 - Wanga, J. (2010), 'Why Congo is the World's Most Dangerous Place for Women', The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/lifeandstyle/2010/mar/28/congo-women-danger-war-judith-wanga> [acessado em 3 de novembro de 2017]; Law, J. (2014), Democratic Republic of Congo: The Worst Place in The World to be a Women, News.com.au. Disponível em: <http://www.news.com.au/lifestyle/real-life/true-stories/democratic-republic-of-congo-the-worst-place-in-the-world-to-be-a-woman/news-story/e8ee02223f7ab6003314c77d70923fc8> [acessado em 3 de novembro de 2017]. e Thomson Reuters Foundation (2017). Vide: <http://poll2017.trust.org/>.

84 - The DHS Program (2014), Democratic Republic of Congo. Demographic and Health Survey 2013-2014. Key Findings. p.18. Disponível em: <https://www.dhsprogram.com/pubs/pdf/SR218/SR218.e.pdf> [acessado em 3 de novembro de 2017].

85 - Swedish Embassy et al (2014) Gender Country Profile DRC.

86 - Peterman, A., Palermo, T., Brendenkamp, C. 2011. Estimates and determinants of sexual violence against women in the Democratic Republic of Congo. American Journal of Public Health, 11(6): 1060-1067.

87 - ActionAid DRC (2017), Baseline research report of safe cities project in ActionAid, Kinshasa, DRC.

88 - Ibid.

nas zonas de relativa estabilidade. Evitam avanços as práticas tradicionais danosas, como o casamento prematuro e forçado, e o acesso limitado a serviços públicos sensíveis a gênero, incluindo educação e saúde.

Numerosos obstáculos restringem a capacidade das mulheres de apresentar denúncias: procedimentos legais demorados e caros, falta de confiança nos agentes de segurança, medo de estigmatização e represálias.

As falhas do sistema de justiça da República Democrática do Congo quase eliminam por completo as chances de os autores dos crimes serem levados à Justiça e punidos. A falta de treinamento dos policiais e dos servidores do sistema de justiça também prejudica o acesso das mulheres à Justiça.

A proporção das pessoas que residem nas cidades na República Democrática do Congo aumentou em 11% ao longo da última década, e espera-se que exceda a 60% da população total do país até 2050.⁸⁹ Ainda que a urbanização não seja em si causa de violência, a administração urbana deficiente, infraestrutura inadequada e baixa oferta de serviços públicos sensíveis a gênero nos espaços urbanos provocam aumento das taxas de incidência da violência contra as mulheres. Na República Democrática do Congo, o baixo acesso aos serviços públicos básicos, inclusive água, saneamento, energia elétrica, iluminação pública e transporte público, associado à fraca presença de policiamento ostensivo, deixam as mulheres expostas à violência física, sexual e verbal, o que reduz sua mobilidade em segurança, e impede que exerçam seus direitos sociais, culturais, políticos e econômicos.

Feirantes e vendedoras ambulantes, cujo trabalho exige que se desloquem bem cedo pelas manhãs ou após o anoitecer, enfrentam ainda maiores riscos de violência sexual e física. Os elevados índices de violência contra mulheres e garotas são sustentados por relações de poder desiguais no tocante ao gênero, pouca compreensão acerca dos direitos das mulheres, além de valores sociais fortemente arraigados que “normalizam” a discriminação e o tratamento violento dispensado às mulheres. Falta uma legislação para proteger as mulheres da violência nos espaços públicos, faltam investimentos, e as mulheres raramente participam das ações de planejamento ou governança urbanas.

89 - UN (2014), World Urbanisation Prospects. Vide: <https://esa.un.org/unpd/wup/publications/files/wup2014-highlights.pdf>, [acessado em 12 de novembro de 2017].

Senegal

Pontuação Geral: **31.32/100**Conceito Geral: **D** (A-E)Classificação Geral: **9/10**

Indicador	Conceito
Índice de violência contra as mulheres	Não existem dados das Mulheres da ONU
Há violência contra o conjunto de leis de proteção à mulher e sua implementação?	Sim – existe uma lei sobre a violência contra as mulheres Não existem leis prevendo o feminicídio Implementação inadequada do quadro de leis
Existe um plano para o enfrentamento da violência contra as mulheres que inclua dotação orçamentária?	Sim
O planejamento urbano ou os planos dos órgãos de planejamento urbano incluem uma perspectiva de gênero?	Não
Os projetos de transporte são desenhados segundo uma perspectiva de gênero?	Não

Senegal ocupa a nona posição entre os países pesquisados. Apesar do fato de existir um número maior de mulheres do que homens no país, Senegal permanece como uma sociedade patriarcal, com uma forte dominação masculina. As relações desiguais de poder que dividem homens e mulheres refletem crenças e práticas culturais e religiosas. Mais de 60% dos atos de violência são praticados por homens, segundo revela o estudo Gestes de 2016, e a camada da população mais afetada pela violência física é formada por mulheres com idades entre os 25 e os 40 anos. O estigma social é o principal motivo por trás do medo que as vítimas têm de denunciar os casos de violência.⁹⁰

No Senegal, a “socialização” patriarcal tem início na infância, quando as meninas aprendem a ser submissas aos homens. Mesmo depois de se tornarem adultas, as mulheres não são incluídas nos processos de tomada de decisão que lhes dizem respeito, o que confere aos homens o poder de maltratar as mulheres da infância à vida adulta. Como consequência disso, as mulheres senegalesas sofrem muitas formas de violência e discriminação. Essa violência existe tanto na esfera pública quanto privada, e inclui a violência física e psicológica, o assédio, ameaças, abuso verbal e estupro. As mulheres geralmente sofrem violência nos espaços públicos, como no mercado, transporte público, na praia, no local de trabalho e na rua.

No âmbito político, há evidências da existência de vontade política para enfrentar as desigualdades de gênero e fazer cumprir os direitos das mulheres. Em anos recentes, algumas leis e políticas progressistas foram aprovadas. Por exemplo, a Lei de Paridade (de maio de 2010) que tem por meta estabelecer uma igualdade de gênero nas esferas decisórias. Senegal também ratificou diversas convenções internacionais, incluindo a CEDAW e o Protocolo de Maputo.

No entanto, o país ainda tem um longo caminho a percorrer porque ainda falta implementar um quadro legal robusto. Ademais, uma análise da carta constitucional do país revela leis discriminatórias contra as mulheres. Portanto, apesar dos esforços institucionais e legais, o sistema legal propaga a negligência e violência contra as mulheres tanto na esfera pública quanto privada.

No âmbito econômico, o crescimento populacional, a crise econômica e as reformas territoriais causaram graves transtornos no ambiente urbano. As mudanças vêm ocorrendo em um contexto no qual os homens jovens, e particularmente as mulheres, vêm iniciando atividades de geração de renda para garantir sua sobrevivência. Tais mudanças do padrão econômico têm impactos no ambiente público. As elevadas taxas de urbanização fizeram aumentar a quantidade de jovens que migram para os centros urbanos, o que, por sua vez, gera desemprego e

90 - Vide: <http://www.gestes-ugb.org/?p=418>.

violência nos espaços públicos. As mulheres hoje estão mais expostas à violência nos espaços públicos. Uma questão reflexa diz respeito ao fornecimento inadequado de serviços públicos sensíveis a gênero que afeta a maioria dos centros urbanos.

As crenças patriarcais arraigadas, conjugada a fatores políticos e econômicos, demonstram que a violência contra as mulheres na esfera pública ainda está para ser enfrentada, uma vez que ainda não há uma forte vontade social ou política para garantir segurança pública às mulheres.

Zimbabwe

Pontuação Geral: **47.32/100**Conceito Geral: **C (A-E)**Classificação Geral: **5/10**

Indicador	Conceito
Índice de violência contra as mulheres	42.3
Há violência contra o conjunto de leis de proteção à mulher e sua implementação?	Sim – existe uma lei sobre a violência contra as mulheres Não existe lei prevendo o feminicídio Implementação inadequada do quadro de leis
Existe um plano para o enfrentamento da violência contra as mulheres que inclua dotação orçamentária?	Sim
O planejamento urbano ou os planos dos órgãos de planejamento urbano incluem uma perspectiva de gênero?	Não
Os projetos de transporte são desenhados segundo uma perspectiva de gênero?	Não

O Zimbábue ocupa a quinta posição entre os países pesquisados. Ainda que existam algumas políticas vigentes, há ainda muito a ser feito em termos de sua implementação. De acordo com a Pesquisa Demográfica e de Saúde do Zimbábue, de 2015,⁹¹ 35% das mulheres com idades entre 15 e 49 anos já sofreram violência física, e 14% já sofreram violência sexual pelo menos uma vez ao longo da vida. Enquanto isso, 32% das mulheres casadas já sofreram violência emocional dos cônjuges, e 6% das mulheres que já ficaram grávidas sofreram violência durante um ou mais meses ao longo da gravidez. No geral, a violência contra as mulheres permanece como um grande desafio a ser enfrentado, e que é agravado por práticas socioculturais, atitudes, valores, normas e crenças que predominam, bem como por uma implementação inadequada das leis e das políticas.⁹²

A experiência das mulheres com a violência física vem deteriorando ao longo da última década: entre 2005 e 2006, 36% das mulheres com idades entre 15 e 49 anos relataram terem sofrido violência física desde os 15. Esse número era 30% entre 2010 e 2011, e de 35% em 2015.⁹³ De fato, uma pesquisa de base encomendada em 2013 pelo Ministério dos Assuntos das Mulheres e pelo Gender Links apontou que a violência nos espaços públicos tem aumentado, e nossa pesquisa sugere que o transporte público é um fator de risco.⁹⁴

As atitudes dos homens em relação às mulheres, que são características de uma sociedade de forte domínio patriarcal, atuam em detrimento dos direitos das mulheres e de sua proteção contra a violência nos espaços públicos. Isso redundna na falta de respeito pela contribuição que a mulher dá no lar em termos de tarefas domésticas, em contraste com o trabalho profissional remunerado.

Nenhuma política específica relevante foi gerada pela Secretaria da Igualdade de Gênero ou pela Secretaria das Mulheres para garantir a prevenção da violência sexual em espaços públicos, proteção ou reparação por violações de direitos. Contudo, ministérios do governo, a polícia, além de várias ONGs colaboraram para o desenvolvimento do Protocolo de Gestão Multi-Setorial do Assédio Sexual no Zimbábue, em 2003. O protocolo articula os papéis e responsabilidades das partes interessadas no Sistema Amigável das Vítimas, voltado para a prestação de assistência psicossocial, médica e legal, além de serviços de encaminhamento das vítimas de abuso sexual. No entanto, de acordo com a pesquisa de base intitulada “She CAN”, produzida pela ActionAid em 2015, 44% das mulheres não adotaram qualquer medida como resposta à violência, e apenas 3.9% das mulheres levaram o caso às autoridades policiais.⁹⁵ Novamente, o medo e os riscos envolvidos no ato da denúncia, devido ao estigma e a uma “cultura de culpabilização”, geram impunidade.

91 - Vide: <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR322/FR322.pdf>.

92 - UNFPA (2011) State of the World Population Report. Vide: <http://zimbabwe.unfpa.org/publications/state-world-population-report-2011>

93 - Vide: <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR322/FR322.pdf>.

94 - Genderlinks (2013), Violence Against Women Baseline Study. Vide: <http://genderlinks.org.za/programme-web-menu/publications/violence-against-women-baseline-study-zimbabwe-2013-11-20/>.

95 - ActionAid Zimbabwe (2015) SheCAN Baseline Survey. (Documento Interno)

Anexo I

Ilustração da Metodologia

A fim de ilustrar a metodologia adotada a partir da tabela de pontuação, utilizaremos o exemplo de Bangladesh.

No Indicador 1, que mede a taxa de violência contra as mulheres, Bangladesh atingiu 53.3%, de acordo com os dados da ONU. Esse número corresponde ao Conceito D (abaixo de 57), que, por sua vez, corresponde a 25 pontos.

Com relação ao Indicador 2, que detecta a ocorrência de violência contra o quadro de direitos das mulheres e sua implementação, Bangladesh ficou com conceito C. Isso porque a implementação da lei é considerada como sendo adequada. Por essa razão, recebeu um C nesse quesito e o valor 33.3.

No que tange ao indicador 3, que indaga se há um plano nacional de enfrentamento da violência contra as mulheres com dotação orçamentária, Bangladesh alcançou a nota máxima de 100 pontos porque ambos quesitos foram implementados.

No tocante ao indicador 4, não há a adoção de qualquer perspectiva de gênero no planejamento urbano, de modo que a nota aferida foi zero.

Finalmente, em relação ao indicador 5, os projetos de transporte não foram feitos a partir de uma perspectiva de gênero, de modo que a nota aferida foi zero.

Dessa forma, Bangladesh obteve as seguintes notas: no indicador 1, ficou com 25 pontos, com peso de 32%; no indicador 2, ficou com 33.3, com peso de 28%; no indicador 3, ficou com 100, com peso de 22%; no indicador 4, ficou com zero, com peso de 10%; e no indicador 5, ficou com zero, com peso de 8%. A soma total é, portanto, 39.32.

Anexo II

Número de países que assinaram convenções de Direitos Humanos

Convenções	Número de países	Agenda Internacional	Número de países
Pacto Internacional dos direitos Civis e Políticos, 1966	168	Declaração das Nações Unidas	193
Protocolo Opcional para os Direitos Políticos, 1966	122	Declaração de Beijing, 4th Conferência Mundial das Mulheres, 1995	189
Pactio Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC), 1966	164	Agenda 2030, ODS, 2015	193
		Estratégias para a redução de risco de desastres, 2015	187
Protocolo Opcional do DESC, 1966	21	Agenda para Addis Ababa, 2015	193
Convenção para a eliminação de todas as formas de combate a violência contra as mulheres (CEDAW), 1979	191	Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas, 2015	187
		Nova Agenda Urbana	167
Protocolo Opcional da CEDAW, 1979	107	Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes, 2016	193

Fonte: Dados da ONU compilado por Magdalena Garcia Hernández em nome da Comissão Huairou e MIRA (Rede Mexicana da Mulheres), Maio 2017

Anexo III

Pontuação, Conceito e Classificação Finais			
País	Pontuação (1/100)	Conceito (A-E)	Classificação (1-10)
Africa do Sul	20,32	D	10
Bangladesh	39,32	D	6 empatado
Brasil	53,65	C	4
Jordânia	54,00	C	3
Liberia	38,00	D	8
Nepal	72,65	B	1
Nigéria	63,32	B	2
República Democrática do Congo	39,32	D	6 empatado
Senegal	31,32	D	9
Zimbábue	47,32	C	5

A: 81 - 100 **B:** 61 - 80 **C:** 41 - 60 **D:** 21 - 40 **E:** 0 - 20

Indicadores Gerais

País	Africa do Sul	Bangladesh	Brasil	Jordânia	Liberia	Nepal	Nigéria	RDC	Senegal	Zimbábue
Índice de violência contra as mulheres	**sem dados	53,3**	28,9	23	38,6	28,2	16	57	**sem dados	42,3
O país possui uma lei que trata da violência contra as mulheres?	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
O país possui uma lei que trata da violência contra as mulheres?	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
A implementação do quadro de leis é adequada?	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Há violência contra o conjunto de leis de proteção à mulher e sua implementação? (A-D)	C	C	B	D	D	B	C	C	C	C
O país possui ou possui um Plano Nacional de Ação (PNA) para o Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Existe um orçamento específico alocado para o plano (PNA)?	Não	Sim	Não***	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Existe um plano para lidar com a violência contra as mulheres que inclua dotação orçamentária? (A-C)	B	A	B	A	A	A	A	A	A	A
O planejamento urbano ou os planos dos órgãos de planejamento urbano incluem uma perspectiva de gênero?	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Os projetos de transporte são desenhados segundo uma perspectiva de gênero?	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não

*Números posteriores sugerem que os índices de violência são ainda mais elevados. Um relatório de 2015 sugere que o índice é de 54,7% ver: BBA & UNFPA/IAWI Survey 2015. <http://evaw-global-database.unwomen.org/en/Countries/asia/bangladesh/2015/report-on-violence-against-women-vaw-survey-2015-executive-summary> - pg. - xviii

**Para o propósito deste estudo, estamos utilizando os dados da ONU Mulheres de 2012, e onde o dado não está disponível, mesmo que haja outros dados regionais ou nacional, não demos uma pontuação

***Desde o impeachment, o orçamento de enfrentamento a violência contra a mulher reduziu 74% em apenas dois anos. Devido a isto, estamos afirmando a inexistência de alocação orçamentária.

Acknowledgements

This report was led by Ana Falu, with support from Alejandro Brunelli, CISCSA, Argentina and with methodological input from Blanca Valdivia and Punt6 Barcelona. ActionAid overall coordination was from Marcelo Montenegro with support from Kate Carroll, Wangari Kinoti, Neelanjana Mukhia and Natasha Mulder. Country contributions and analysis were from; Jessica Barbosa, Emily Craven, Naa Diallo, Wedad Ekkerdaoui, Kashfia Feroz, Elizabeth gbah Johnson, Nkechi Ilochi-Omekedo, Joseph Madzvamuse, Malati Maskey, Blessing Muyambo, Nguyen Phuong Thuy, Irene Njeri, Reem Othman, Ana Paula, Katherine Robinson, Livia Salles, Betty Sithole and Fyfe Strachan

Many thanks to Angela Burton, Wangari Kinoti and Laura Sullivan for editing and to Anna Goslawska for checking references.

Design by www.NickPurserDesign.com

Whose City? An evaluation of urban safety for women in 10 countries

ActionAid, 2017

Cover photo: Ninive feels safer in her neighbourhood with the new LED street lighting, which were installed after campaigning by ActionAid's partner, UNAS. São Paulo, Brazil.

PHOTO: ACTIONAID

Whose City?

An evaluation of urban safety
for women in 10 countries

ACTIONAID - 2017



ActionAid is a global movement of people working together to achieve greater human rights for all and defeat poverty. We believe people in poverty have the power within them to create change for themselves, their families and communities. ActionAid is a catalyst for that change.

International Registration number: 27264198

Website: www.actionaid.org

Telephone: +27 11 731 4500

Fax: +27 11 880 8082

Email: mailjhb@actionaid.org

ActionAid International Secretariat,
Postnet Suite 248, Private Bag X31, Saxonwold 2132,
Johannesburg, South Africa.